

RELATÓRIO & CONTAS 2022





ÍNDICE

MISSÃO, VISÃO & VALORES | 5

RECURSOS HUMANOS | 5

BIAL NO MUNDO | 6

INDICADORES CHAVE | 8

1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL | 9

2. ESTRATÉGIA DE BIAL | 12

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA | 19

4. QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE & IDI | 22

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL | 23

6. PERSPETIVAS PARA 2023 | 25

7. FACTOS SUBSEQUENTES A 2022.12.31 | 26

8. RESULTADOS DO EXERCÍCIO | 26

9. ANEXOS | 28

I. BALANÇO ANALÍTICO | 30

II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS | 33

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 34

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 36

V. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS | 37

1. Introdução | 37

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 37

3. Principais políticas contabilísticas | 37

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 66

5. Fluxos de Caixa | 66

6. Imposto sobre lucros | 66

7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos) | 69

8. Imparidades (ativos correntes) | 76

9. Outros créditos a receber | 76

10. Clientes | 77

11. Estado e outros entes públicos | 78

12. Diferimentos e acréscimos | 78

13. Financiamentos obtidos | 79

14. Fornecedores | 80

15. Outras dívidas a pagar | 81

16. Capital Subscrito | 81

17. Vendas e serviços prestados | 81

18. Subsídios à exploração | 82

19. Demonstração da variação da produção | 82

20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas | 82

21. Fornecimentos e serviços externos | 83

22. Gastos com o pessoal | 83

23. Outros rendimentos | 85

24. Outros gastos | 86

25. Imparidades, reduções de justo valor, reversões e provisões | 87

26. Juros e rendimentos/gastos similares | 87

27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II) | 88

28. Investimentos em investigação e desenvolvimento | 88

29. Saldos e transações com empresas do grupo | 89

30. Locações | 91

31. Risco Financeiro | 91

32. Qualidade e Ambiente | 93

33. Garantias prestadas | 95

34. Acontecimentos após a data do balanço | 96

35. Divulgações exigidas por diplomas legais | 96

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 98

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 101



MISSÃO, VISÃO & VALORES

BIAL é uma empresa farmacêutica de inovação. Dedicados à investigação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos, estamos empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

A Missão de BIAL é encontrar, desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde.

Tendo como linhas estratégicas a qualidade, a investigação e desenvolvimento e a internacionalização, somos motivados pela **Visão** que nos inspira:

Ser uma empresa de dimensão internacional baseada em medicamentos inovadores próprios.

Os **Valores** que nos orientam refletem a nossa identidade:

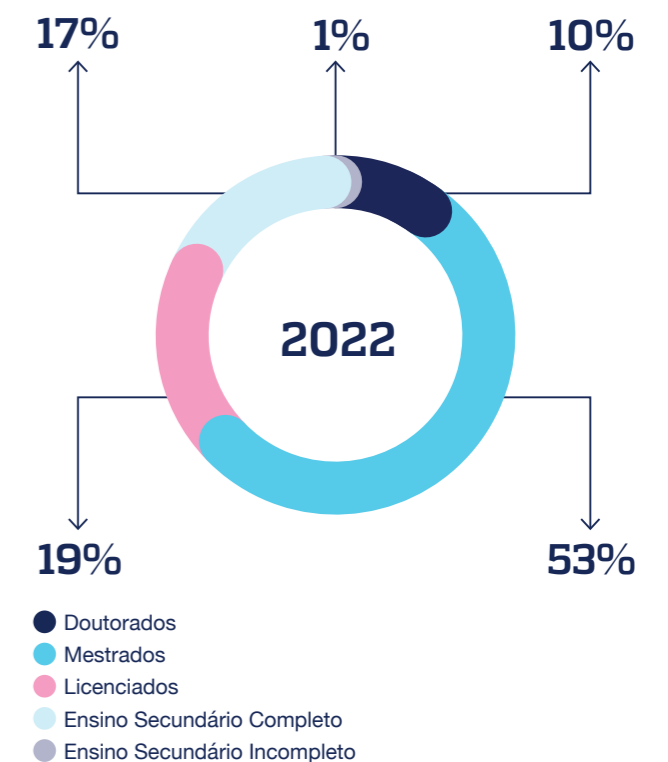
- **Ao Serviço da Saúde**
- **Aposta na Qualidade e na Inovação**
- **Excelência da investigação científica**
- **Integridade e elevados padrões de ética**
- **Rigor, responsabilidade e trabalho em equipa**
- **Respeito pelos valores universais**

RECURSOS HUMANOS

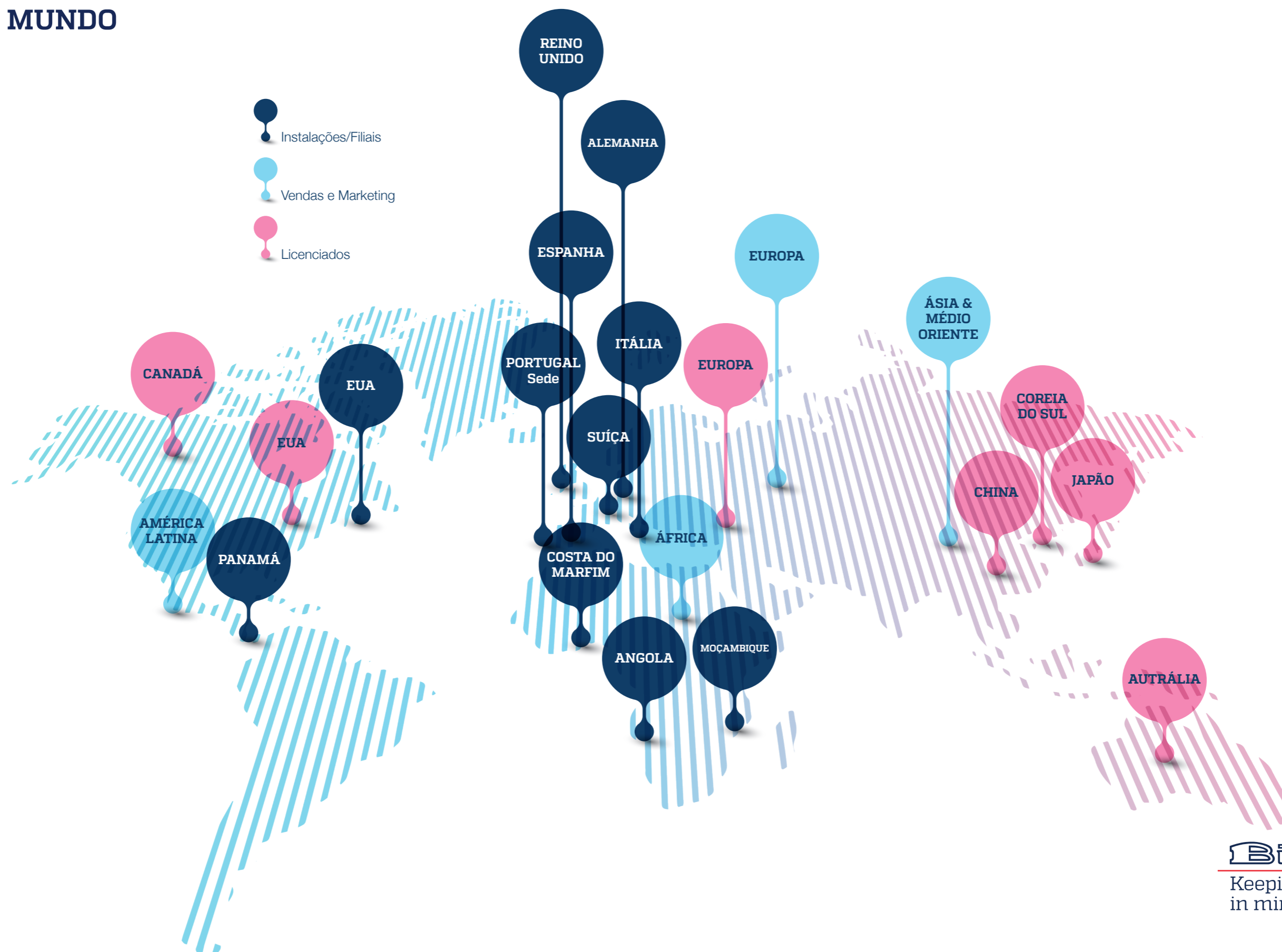
Distribuição por género



Habilitações literárias



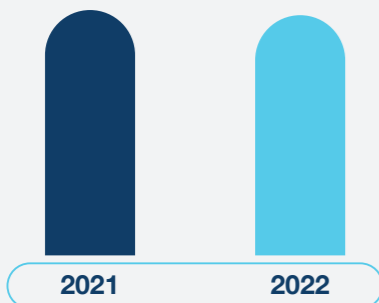
BIAL NO MUNDO



INDICADORES CHAVE

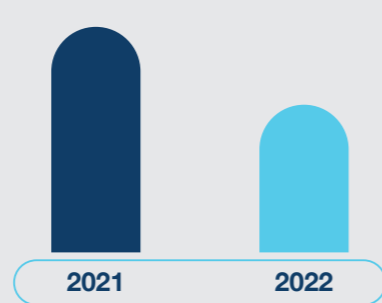
Volume de Negócios

238 M€ 233 M€



Investimento em I&D

64,3 M€ 42,1 M€



Recursos Humanos

419 | 823*
colaboradores



*nº colaboradores GRUPO BIAL

Internacionalização

62%
vendas fora de Portugal



Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

1. ENQUADRAMENTO NO GRUPO BIAL

BIAL - Portela & Cª, S.A. tem como atividades principais a investigação e o desenvolvimento de novos medicamentos, a produção, comercialização e a divulgação de medicamentos que integram o seu portfólio, quer sejam de investigação própria, quer sob licença de empresas farmacêuticas internacionais.

BIAL - Portela & Cª, S.A. é a principal empresa do Grupo BIAL, nomeadamente em volume de negócios, ativos, e número de colaboradores, sendo detida a 100% pela BIAL Holding, S.A. O volume de negócios de BIAL - Portela & Cª, S.A., em 2022, representou 75% da faturação consolidada do Grupo e nela trabalham mais de 50% dos seus colaboradores.

Em 2022, o volume de negócios foi de € 232'617'976, dos quais € 213'921'907 correspondem a vendas e € 18'696'069 a prestação de serviços. O volume de negócios decresceu 2%, com uma diminuição de 3% das vendas e um crescimento de 14% dos serviços prestados. O mercado interno representou 38% do volume de negócios, correspondendo 62% a exportações de bens e serviços, o que mostra o grau de internacionalização da empresa.

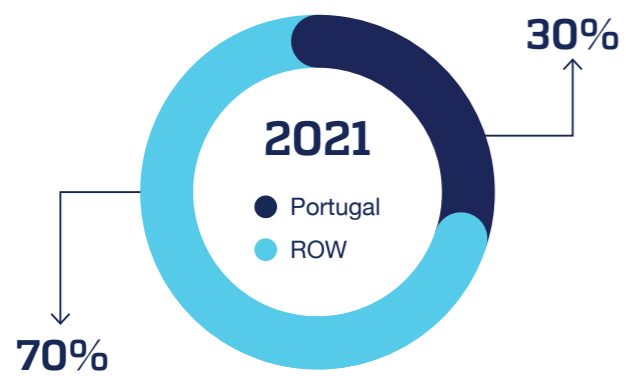
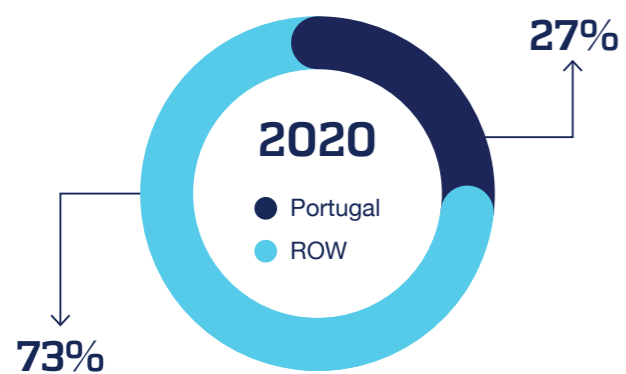
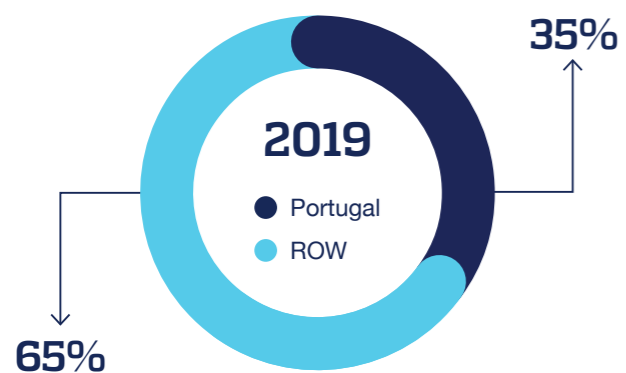
A evolução das vendas resultou, por um lado, do crescimento de 13,5% das vendas Portugal e, por outro lado, de um decréscimo de 10,5% das exportações. A forte dinâmica das vendas internas, que atingiram os €75M, deve-se à evolução muito positiva de dois novos antidiabéticos comercializados por BIAL, a par de um bom desempenho dos restantes produtos. As exportações foram de € 139M. BIAL – Portela continua a ser uma das principais empresas exportadoras portuguesas, baseada em medicamentos de investigação própria de elevado valor acrescentado nacional. Nas suas exportações destacam-se o Zebinix\Aptiom e o Ongentys que, em conjunto, representaram € 116M, dos quais € 79M de Zebinix\Aptiom e € 37M de Ongentys. Essas exportações são realizadas fundamentalmente, no caso de Zebinix\Aptiom para os EUA (€ 37M), Espanha (€ 20M) e França (€ 8M), e de Ongentys para a Alemanha (€ 15M), Itália (€ 6), Espanha (€ 5M) e EUA

(€ 5M). É de realçar que as exportações de Zebinix foram fortemente afetadas pela entrada de genéricos nos principais mercados europeus, nomeadamente em Espanha em que o seu preço se reduziu em 45%, o que implicou uma perda de vendas em 2022 de € 16M. Os mercados de destino evidenciam a mais-valia terapêutica que os dois medicamentos de investigação BIAL têm para os doentes com epilepsia e doença de Parkinson, sendo comercializados nos mercados mais exigentes e com maior oferta de medicamentos. Este perfil de vendas resultou de uma estratégia de longo prazo baseada na I&D, com o fim de descobrir medicamentos inovadores que tenham um valor acrescentado terapêutico inequívoco para os pacientes. O sucesso obtido com os novos medicamentos BIAL, reconhecidos pela classe médica a nível internacional, permite um crescimento sustentado a médio prazo nos principais mercados farmacêuticos e a manutenção do seu projeto de investigação e desenvolvimento.

A prestação de serviços em 2022, como referido, foi de € 18,7M, + 14% face a 2021, dos quais € 14,3M no mercado nacional e € 4,4M no exterior. A prestação de serviços em Portugal decorre essencialmente de serviços promocionais a companhias farmacêuticas internacionais. Ao exterior, são essencialmente royalties a filiais do Grupo provenientes de contratos de licenciamento dos medicamentos de investigação própria.

BIAL tem em Portugal uma forte presença no mercado ambulatorio, ocupando os medicamentos por si comercializados e/ou promovidos a 6ª posição nesse mercado (informação IQVIA). A atividade de BIAL - Portela & Cª, S.A. está focalizada nos mercados internacionais, o que reforça as suas perspetivas de crescimento e a menor dependência a um mercado em particular. A par da forte atividade internacional, continuamos a desenvolver a nossa presença em Portugal, com destaque para a introdução de novos medicamentos inovadores, com o objetivo de proporcionar uma melhor saúde aos pacientes.

Turnover mercados



Turnover por natureza



2. ESTRATÉGIA DE BIAL

A estratégia de BIAL assenta no cumprimento dos princípios da política de ESG (Environment, Sustainability and Governance), na Investigação & Desenvolvimento de novos medicamentos e na Internacionalização da sua atividade. As boas práticas no âmbito da política de ESG são transversais e mandatórias a toda a atividade do Grupo, num processo contínuo de melhoria e implementação. É uma prioridade de BIAL consolidar esses princípios, adequando os seus investimentos e a sua atividade operacional a tal propósito. A I&D e a Internacionalização são os eixos do desenvolvimento sustentado a médio e longo prazo, como se verificou em 2022 e nos exercícios anteriores. Ambas estão fortemente interrelacionadas, uma vez que a internacionalização assenta essencialmente nos novos medicamentos de investigação BIAL e, por sua vez, o financiamento dos projetos de I&D só é viável com a comercialização dos medicamentos de investigação BIAL nos principais mercados farmacêuticos. É um imperativo ético criar as condições para que os nossos novos medicamentos estejam disponíveis para o maior número possível de doentes, pelo que temos encontrado soluções para a sua comercialização a nível internacional, quer através das filiais do Grupo, quer através de acordos de licença e distribuição com outras empresas farmacêuticas. Assim, Zebinix/Aptiom e Ongentys estão comercializados em dezenas de países, com prioridade para aqueles em que a prevalência da epilepsia e doença de Parkinson é mais elevada.

Portugal, Espanha e EUA são os mercados mais importantes do Grupo, perspetivando-se, a médio prazo, crescimentos importantes em mercados como o da Alemanha, França, Itália e do Reino Unido, que irão assumir um peso crescente na faturação do Grupo. Continuamos com a nossa presença, direta ou indiretamente, em dezenas de outros países.

Em 2022 a empresa deu continuidade à sua estratégia, baseada no prosseguimento dos seus projetos de I&D, quer dos projetos cujos medicamentos já estão a ser comercializados, quer dos projetos mais recentes, em fase pré-clínica ou clínica, que visam a descoberta, a médio prazo, de novos medica-

mentos. Após as fortes condicionantes sentidas em 2020 e 2021 devido à pandemia Covid-19, entrou-se numa relativa normalidade, embora ainda haja alguns condicionalismos operacionais. Em 2021-2022, é de destacar a revisão de todos os projetos de investigação de que resultou a descontinuação de alguns deles e a definição de novas prioridades para os que se mantêm ativos. A par dessa análise há um esforço significativo para identificar novos projetos que possam vir a resultar em medicamentos inovadores e que façam a diferença para os pacientes.

No projeto BIA2 (Acetato de Eslicarbazepina), de que resultou um medicamento inovador para a epilepsia, comercializado com as marcas Zebinix e Aptiom, continuam a realizar-se alguns estudos e ensaios clínicos. O medicamento está aprovado pela FDA (EUA) e pela EMA (União Europeia), assim como por outras autoridades nacionais de saúde, para a sua utilização em terapia adjuvante, em monoterapia, nos adultos e nas crianças. Em 2022, o Zebinix foi lançado em Israel. Os trabalhos em curso têm como objetivo proporcionar uma melhor utilização clínica, nomeadamente para perfis de doentes específicos. É importante esse conhecimento, em situações de prática clínica do dia-a-dia, pelo que os estudos em curso são uma mais-valia significativa para neurologistas e pacientes.

Do projeto BIA9 (Opicapone) resultou num novo medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, que foi aprovado pela EMA em 2016, estando a ser comercializado, desde outubro de 2016, na Alemanha e Reino Unido, desde 2017 em Espanha, desde 2018 em Portugal e Itália, desde 2020 nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, seguindo-se a sua comercialização em Taiwan, Áustria, Dinamarca e Finlândia em 2021. Em 2002, foi lançado na Suécia, Chéquia, Eslováquia e Islândia. Foi um passo muito importante para os doentes de Parkinson, sendo de destacar que Ongentys é comercializado nos países com maior número de doentes com a doença de Parkinson. Presentemente estão em curso ensaios clínicos de fase IV na Europa, com o objetivo de obter um melhor conhecimento dos seus efeitos terapêuticos, nomeadamente em condições de prática clínica corrente. Está a terminar um importante ensaio clínico de fase III para avaliar a sua eficácia terapêutica em doentes numa fase mais inicial da doença de Parkinson, cujos resultados serão conhecidos a muito curto prazo.

O projeto BIA28 é um potencial medicamento para a doença de Parkinson quando esta tem como causa mutações genéticas do gene GBA1, que origina a diminuição da atividade da enzima GCase, o que está associado a uma progressão acelerada dos seus sintomas e ao seu aparecimento em idades mais precoces. O composto BIA28 é um novo ativador da enzima GCase, ligando-se a essa proteína produzida a partir do alelo GBA1 mutado e do alelo selvagem. O projeto teve uma evolução muito significativa em 2022, de que se salienta a assinatura em novembro pp do contrato para a realização na Europa e nos EUA de um ensaio clínico de fase II. Prevemos que no terceiro trimestre do corrente ano seja incorporado o primeiro doente. É um projeto realizado com a BIAL R&D Investments, para o qual foi constituído um consórcio entre estas duas empresas do Grupo BIAL, e que envolverá um investimento nos próximos três anos superior a cinquenta milhões de euros. A BIAL R&D Investments foi constituída em 2020, tem como objeto social a investigação farmacêutica de novos medicamentos, e iniciou a sua atividade nesse ano com a aquisição de um conjunto de projetos de investigação a uma empresa americana (LTI), entre os quais o agora identificado como BIA28.

A par dos três projetos referidos, estão em fase pré-clínica mais alguns projetos na área das doenças do sistema nervoso central, que esperamos venham a atingir as fases clínicas nos próximos anos.

Na I&D foram aplicados € 42,1M (€ 64,2M em 2021), excluindo amortizações, imparidades e provisões. Deste valor somente € 1,1M foram capitalizados, sendo os restantes valores registados como gastos do exercício. O total dos gastos com I&D na conta de resultados, incluindo amortizações, imparidades e provisões, é de € 61,4 M. Os gastos de I&D diminuí-

ram face a 2021, sendo a principal causa os gastos com a descontinuação do projeto BIA5 (€ 15M) que foram assumidos nesse ano. É de referir que a BIAL R&D Investments, filial do Grupo BIAL com sede em Portugal, investiu € 19,2M em 2022, tendo o Grupo investido € 62,2M em I&D em 2022.

A atividade de I&D do Grupo continua a estar concentrada em BIAL Portela, mas duas novas filiais passaram a ter, a partir do final de 2020, um papel relevante. São a BIAL R&D Investments SA, com 100% do seu capital detido pela BIAL Holding SA, com sede em Portugal, e a BIAL Biotech, com sede nos EUA, e detida a 100% pela BIAL R&D. A atividade destas duas empresas tem como base de partida um conjunto de ativos adquiridos a uma empresa de investigação biotecnológica na área da doença de Parkinson e de outras doenças degenerativas. As suas equipas trabalham de forma sinérgica com a equipa de BIAL - Portela Cª SA, potenciando a capacidade do Grupo BIAL em ter novos medicamentos de investigação própria. Como já referido, foi criado um consórcio entre a BIAL - Portela Cª SA e a BIAL R&D Investments para desenvolver novos medicamentos na área das neurociências, nomeadamente na doença de Parkinson. O projeto BIA28 é o projeto em curso no âmbito desta parceria.

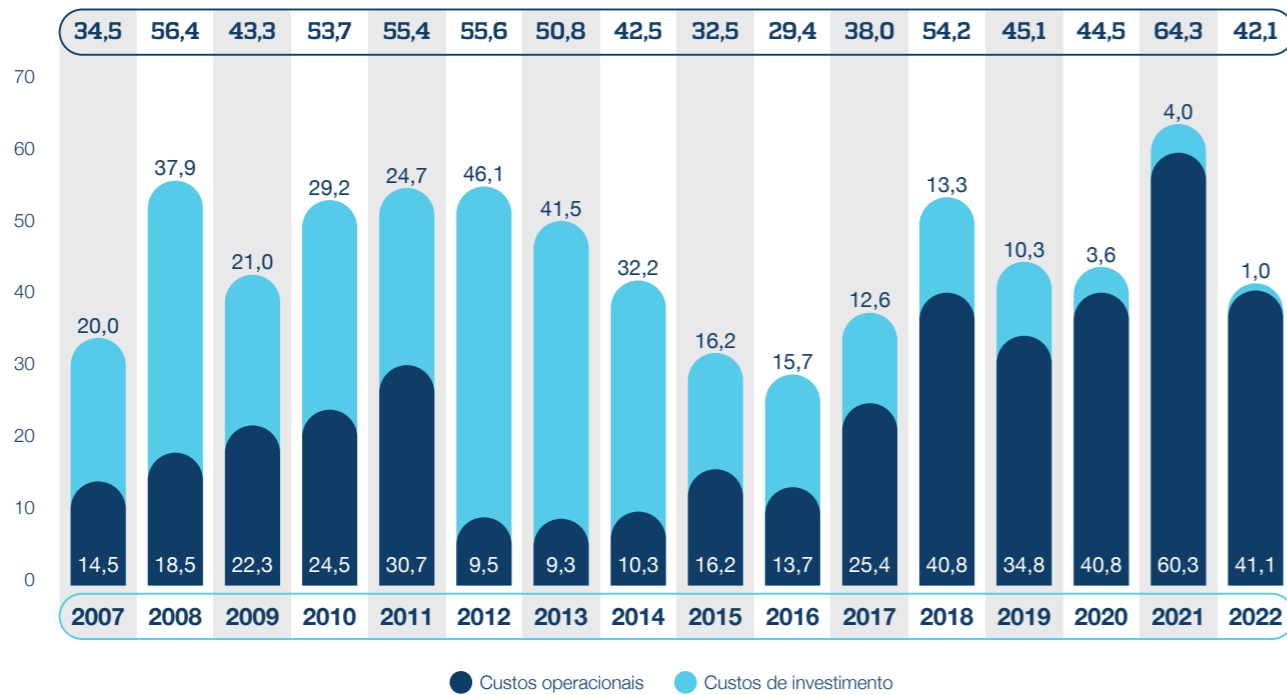
É de mencionar que, em 2022, 54% das vendas de BIAL - Portela & Cª SA foi proveniente da faturação de medicamentos de investigação BIAL. É a expressão do forte impacto dos resultados da I&D no seu negócio e a prova do sucesso da estratégia de investimento seguida desde há mais de vinte e cinco anos.

Como se pode concluir pelo seguinte quadro, há um investimento sustentado e de grande relevância nas atividades de I&D em BIAL:

Milhares de euros

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ativo intangível (I&D)	17 576	35 674	19 018	27 178	24 344	46 132	41 478	32 082	15 776	12 821	11 320	10 602	5 537	2 406	2 604	326
Patentes	715	1 117	1 094	758	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo tangível	1 727	1 088	858	2 113	361	35	41	264	473	877	1 272	2 732	1 574	1 220	1 406	722
Sub-Total	20 018	37 879	20 970	30 049	24 705	46 167	41 519	32 346	16 249	13 698	12 592	13 334	7 111	3 626	4 010	1 048
Despesas com fornecimentos e serviços e outros custos	11 050	14 535	17 905	18 702	25 434	4 690	3 765	4 126	10 017	8 685	17 697	31 878	27 604	29 026	47 1526	27 582
Despesas com recursos humanos	3 401	3 950	4 438	4 910	5 281	5 164	5 502	6 097	6 209	7 009	7 680	8 951	10 407	11 817	13 084	13 457
TOTAL	34 469	56 364	43 313	53 661	55 420	56 021	50 786	42 569	32 475	29 392	37 969	54 163	45 122	44 470	64 246	42 087

(sem amortizações de ativos de I&D)



BIAL apresenta de forma consistente um rácio elevado de investimento em investigação em relação ao seu “turnover”, acima da média da indústria farmacêutica, explicado pelos elevados custos da investigação pré-clínica e clínica, e por uma faturação relativamente baixa quando comparada com o seu programa de I&D. É nosso propósito manter o nível de gastos em I&D compatível com o seu equilíbrio económico e financeiro, a par da maximização dos outputs da nossa investigação.

Em 2022, foi realizada uma reestruturação da divisão de I&D com o objetivo de a tornar mais flexível e dinâmica, com uma maior capacidade de resposta e de investimento a novos projetos, reduzindo-se a estrutura interna em favor de uma maior interação e parcerias com entidades terceiras. Nesse sentido, diminui-se em trinta e um o número de colaboradores internos de BIAL - Portela na I&D, com a consequente redução dos custos fixos e o aumento da capacidade de investimento, para o mesmo nível de esforço face ao “turnover”.

A internacionalização é um eixo estratégico de BIAL - Portela & C^a S.A. Em 2022, as receitas provenientes do estrangeiro representaram 62% (€ 145M) do seu total (€233M) o que demonstra a internacionalização da empresa. É de realçar que as exportações de me-

dicamentos foram de € 140M, dos quais € 116M de Zebinix\Aptiom e Ongentys.

A política comercial de BIAL na área internacional assenta, por um lado, na comercialização e promoção da sua gama de produtos em dezenas de países e, por outro lado, na comercialização dos seus produtos de I&D própria, que são e continuarão a ser o motor do crescimento da atividade internacional do Grupo.

A comercialização da sua gama, quer de produtos próprios, quer de licença, com marca BIAL, baseia-se em modelos de negócio distintos, com o objetivo de atender às especificidades dos mercados e à estrutura funcional de BIAL. São de salientar:

- Comercialização e promoção através de filiais do Grupo e com equipas próprias em Espanha, Alemanha, Itália, Reino Unido, Suíça, Irlanda, Moçambique, Angola e nos países da FWA (French West Africa). Em França, BIAL constitui uma equipa médica e de informação médica que gere diretamente, embora sem ter uma filial nesse país.
- Comercialização dos produtos de investigação própria através de acordos de licença em diversos mercados, como acontece nos EUA,

Canadá, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Austrália, Israel, Grécia, países nórdicos e outros mercados europeus.

- Apoio direto a equipas comerciais através de orientação estratégica e de formação científica e de marketing proporcionada por BIAL, o que acontece em diversas zonas geográficas da América Latina, Médio Oriente e Ásia.
- Parcerias comerciais com distribuidores locais, nomeadamente em regime de representação exclusiva, em alguns países de menor dimensão.

Como foi referido, para os medicamentos de I&D própria, a comercialização e/ou promoção é efetuada diretamente por BIAL ou por empresas farmacêuticas licenciadas para esse fim. Foi a estratégia adotada para a comercialização do nosso medicamento antiepiléptico, quer pelos “milestones” que originou, quer pela possibilidade de se comercializar num prazo curto o novo medicamento nos mais importantes mercados mundiais onde BIAL não tinha presença direta à época (EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, ...). Com a expansão do Grupo na Europa nos últimos anos, com a criação de filiais na Alemanha, Reino Unido, Itália, e Suíça, a estratégia com Ongentys já foi distinta. BIAL assumiu diretamente nesses mercados, para além de Portugal e Espanha, o lançamento de Ongentys, assim como a comercialização e promoção de Zebinix, após o fim do contrato de licença com a EISAI. A vantagem deste modelo é permitir autonomia funcional e o controlo das operações sem dependência de terceiras partes. Foi um passo significativo na sua afirmação internacional, abrindo oportunidades para a comercialização e promoção de outros medicamentos inovadores, mesmo que não sejam de investigação BIAL, como irá acontecer em 2023 na Europa. Em 2021 foi assinado o primeiro acordo de licença dessa natureza para a Europa visando a comercialização e promoção de um medicamento para a doença de Parkinson. Está previsto que no terceiro quadrimestre deste ano esse medicamento, com a marca Kynmobi, seja lançado em dois ou três países europeus, um dos quais a Alemanha. É um novo eixo de internacionalização que também suportará o crescimento de BIAL na Europa.

No mercado nacional, a política de saúde, em particular a relativa aos medicamentos comercializados no mercado ambulatorio, continua a pressionar

negativamente o crescimento e, sobretudo, a sua rentabilidade. O mercado cresceu em 2022, fruto essencialmente de um conjunto de medicamentos muito inovadores em algumas áreas terapêuticas, mas aumentou fortemente a pressão sobre as margens de comercialização e, nalguns casos, coloca-se em causa a viabilidade económica de os manter no mercado.

Em 2022 houve aumentos substanciais nos custos de produção do medicamento, desde as componentes utilizadas no processo de fabrico, à energia e transportes, assim como aos custos de mão de obra. Em fevereiro de 2022 os preços dos medicamentos não foram aumentados, tendo mesmo havido reduções obrigatórias de preços. Em fevereiro de 2023, e após uma inflação de 7,8% em 2022, foram aprovadas novas regras de revisão de preços que, embora permitindo um aumento de 5,0% dos preços de venda ao público abaixo dos € 10,0 e de 2,5% dos PVP abaixo dos € 15,0, obrigam a reduções de preços até 5,0% dos medicamentos com um preço acima dos € 15,0. No global, estimamos que o impacto seja uma redução de 1% do nível médio de preços, num contexto inflacionista que se repetirá em 2023, com uma inflação esperada de 5,8%. Assim, irá aumentar a pressão sobre as margens e rentabilidade da empresa pela via dos custos, sem possibilidade de a minimizar através da revisão de preços dos seus produtos.

BIAL, em 2022, tomou diversas medidas para melhorar a sua produtividade e otimizar os seus recursos, incluindo uma revisão da sua estrutura operacional, embora com um impacto final mais limitado face à pressão inflacionista. A solução terá que provir igualmente de um portfólio de medicamentos mais competitivo, baseado na inovação, com capacidade de crescimento acima do mercado. Em Portugal a estrutura comercial diminuiu em 2023 face a 2022 em trinta e três colaboradores, mas prevemos uma melhoria da produtividade das equipas através de um planeamento da atividade mais rigoroso e pelo recurso a meios digitais que permitam manter níveis similares



de comunicação com a classe médica, embora com um menor número de profissionais.

Na sua gama de medicamentos é de destacar presentemente a sua área respiratória (asma e doença pulmonar obstrutiva crónica) e, muito especialmente, a área da diabetes, a par do sistema nervoso central. Em março de 2020, iniciou-se a comercialização de dois novos medicamentos para a diabetes, licenças da AstraZeneca, com as marcas Edistride e Ebymect, pertencentes a uma nova classe terapêutica na área da diabetes (iSGLT2). São medicamentos muito inovadores com uma melhoria significativa no controlo da doença, dos seus efeitos secundários, e na qualidade e esperança de vida do doente. Foram o motor do crescimento das vendas em Portugal e o mesmo se verificará em 2023.

Em 2022, o Serviço Nacional de Saúde ultrapassou os fortes condicionalismos que sentiu em 2020-2021, com a retoma de níveis de atividade pré-Covid, o que permitiu a estabilização da atividade e a capacidade de retomar a identificação de novos pacientes. Desse modo acreditamos que se irá retomar a tendência para uma melhoria das taxas de mortalidade e o aumento da esperança de vida. Ambos estes indicadores regrediram desde 2019 em Portugal e no mundo em geral.

A distribuição de vendas em Portugal, por áreas terapêuticas, assim como as quotas de mercado dos produtos mais importantes, são as seguintes:

CLASSE TERAPÊUTICA	PRINCIPAIS PRODUTOS	% NAS VENDAS
Sistema Nervoso Central	Sedoxil, Zebinix, Ongentys, Elontril, Elvanse, Neupro, Dormidina, Vimpat	27,7%
Antidiabético	Zomarist, Ebymect, Edistride, Jalra	25,8%
Aparelho Respiratório	Revinty, Elebrato, Laventair, Rinialer, Brisuvent, Dilamax, Brisomax	13,5%
Área Cardiovascular	Orvatez, Copalia, Cardipril	7,2%
Sistema Músculo-Esquelético	Reumon, Rantudil	5,6%
Antianémicos	Folifer, Folicil	5,4%
Antibióticos	Clavamox, Tricel	5,2%

PRODUTOS	RANKING CLASSE TERAPÊUTICA	Q.M. Dez/2021 (IQVIA)	SUBCLASSE TERAPÊUTICA
ZOMARIST	5 ^a	8%	Antidiabético
SEDOXIL	1 ^a	19%	Ansiolítico
ORVATEZ	5 ^a	3%	Dislipidémico
RANTUDIL	2 ^a	9%	Anti-inflamatório
REUMON	3 ^a	12%	AINE Tópico
CLAVAMOX	1 ^a	29%	Antibiótico
EBYMECT	5 ^a	6%	Antidiabético
REVINTY	4 ^a	8%	Antiasmático
VIMPAT	3 ^a	5%	Antiepiléptico
ELVANSE	1 ^a	43%	Psicoestimulante
ELEBRATO	4 ^a	11%	A-colinerg+Agon B2 Assoc.
ZEBINIX	4 ^a	5%	Antiepiléptico
EDISTRIDE	6 ^a	5%	Antidiabético
ELONTRIL	4 ^a	3%	Antidepressivo
NEUPRO	4 ^a	12%	Antiparkinsoniano
ONGENTYS	3 ^a	14%	Antiparkinsoniano
FOLIFER	2 ^a	23%	Antianémico comb.
FOLICIL	1 ^a	63%	Antianémico fólico
LAVENTAIR	9 ^a	5%	A-colinerg+Agon B2 Assoc.

Em Portugal, BIAL está presente em diversas áreas terapêuticas muito relevantes, conforme se pode constatar no quadro acima. O SNC continua a ser a mais importante, com presença na epilepsia, doença de Parkinson, ansiedade, depressão, e défice de atenção e hiperatividade. O Zebinix e o Ongentys são referências nas suas áreas terapêuticas, mesmo que o primeiro já tenha perdido a sua patente em junho de 2020 e tenham sido lançados vários genéricos. É igualmente de referir o crescimento do peso dos antidiabéticos, com particular destaque para os dois novos medicamentos a que se fez referência.

BIAL tem uma forte imagem institucional, uma forte confiança por parte de médicos e outros profissionais de saúde e pacientes, uma gama de medicamentos

inovadora e em permanente renovação, uma qualidade excelente, uma contínua procura de melhoria do seu desempenho, a par de um programa de I&D único em Portugal e dos mais expressivos, em termos relativos, a nível internacional.

A conjugação dos três vetores estratégicos fundamentais - ESG / I&D / Internacionalização - é a base do desenvolvimento equilibrado e sustentado a médio prazo, criador de valor, baseado no conhecimento e na diferenciação, e focado na satisfação das necessidades dos pacientes. Após os anos difíceis de 2010 e 2011, causados pelo atraso da aprovação do Aptiom nos EUA, a situação evoluiu favoravelmente em 2012, em que é de destacar o licenciamento do Ongentys para o Japão, e em 2013 a

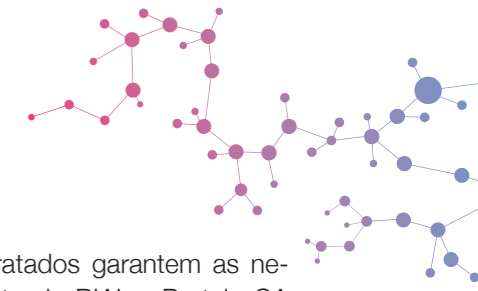
aprovação do Aptiom nos EUA. Em 2014, o início da comercialização do Aptiom nos EUA foi um marco importante na história de BIAL. Em 2015, a aprovação da utilização em monoterapia nos EUA do Aptiom é igualmente outro marco no desenvolvimento de BIAL, assim como em 2017 a sua aprovação na União Europeia. Em 2017, é de assinalar os acordos de licenciamento do Ongentys para os EUA, Coreia do Sul e China, assim como do Zebinix para a Coreia do Sul, o que gerou “milestones” significativos e, como referido, o lançamento nesses mercados dos medicamentos de investigação BIAL. Em 2020, foi de grande relevância a aprovação e lançamento de Ongentys nos dois principais mercados mundiais da doença de Parkinson, EUA e Japão, para além do seu lançamento na Coreia do Sul e Suíça. Em 2021 foi lançado na Áustria, Dinamarca, Finlândia e Taiwan, mas, muito importante, o trabalho de comunicação médica realizado nos principais mercados mundiais da doença de Parkinson. Em 2022 novos países tiveram o lançamento de Zebinix (Israel) e Ongentys (Irlanda, Suécia, Chéquia, Eslováquia e Islândia). É um objetivo de BIAL, até 2031, ser líder de mercado na doença de Parkinson, para o que será fundamental o papel de Ongentys, mas também de outros medicamentos que iremos ter nesta área terapêutica, como Kynmobi a ser lançado em 2023.

A par do crescimento da atividade comercial de BIAL - Portela & C^a, assim como das restantes empresas do Grupo, as receitas provenientes das transferências de tecnologia foram fundamentais para o equilíbrio económica e financeira de BIAL. Foram essenciais para financiar os nossos projetos de investigação, tendo ultrapassado os duzentos milhões de euros até à data. Em 2021 e 2022 o seu valor foi inferior a € 1,0 M, em 2023 será de € 0,5 M. Embora estejam estimadas receitas a médio prazo de vários milhões de euros dos contratos de licenciamento já assinados, isso não será determinante para o financiamento da nossa I&D. É a atividade comercial, em especial a relativa aos produtos de investigação própria, que tem e continuará a financiar os programas de I&D. Não obstante, temos a expectativa que alguns dos projetos em curso e que não tem contratos de licenciamento assinados, poderão ter um potencial muito relevante a médio prazo para financiar o crescimento do Grupo, quer na área da I&D, quer na sua expansão comercial.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O volume de negócios de BIAL - Portela & C^a, S.A. foi de € 232,6M, -2% face a 2021, pelas razões anteriormente apresentadas. É de destacar a boa dinâmica do mercado interno e uma evolução pouco favorável das exportações. No entanto, as razões são conjunturais e justificadas por políticas de stocks e timings de compras dos nossos licenciados e não por decréscimo de vendas nos mercados locais.

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento, imparidades e impostos foram positivos em € 32,0M, um decréscimo de 13% face a 2021. Esta evolução resulta fundamentalmente da estabilização do volume de negócios, do aumento dos custos de produção e consequente redução da margem, a par da manutenção dos custos operacionais. Nos custos do exercício estão incluídos € 41,1M diretamente relacionados com os projetos de I&D (despesas com pessoal de I&D, fornecimentos e serviços, e outros gastos não capitalizados). É de notar que, a esse valor, há ainda que considerar as amortizações de I&D (€ 21,6M) com impacto direto negativo nos resultados operacionais, embora haja uma redução das imparidades e provisões associadas à I&D, no valor de menos €1,4M, beneficiando de forma positiva esses resultados. Em resumo, os resultados operacionais estão afetados diretamente por € 61,3M por gastos de I&D. Há igualmente que considerar outros gastos indiretos, como gastos financeiros e jurídicos com a proteção da propriedade industrial. Estão igualmente incluídos os gastos com a reestruturação da empresa, que ascenderam a € 3,0M. Os resultados operacionais foram de € 9,0M. Um dos objetivos prioritários da gestão de BIAL é conciliar o investimento em I&D com rentabilidade operacional da empresa, o que foi possível num contexto de forte pressão inflacionária, sem capacidade de repercutir nos preços por razões legais os aumentos de custos.



As despesas com pessoal foram de € 38,6M, -1,5% que em 2021, incluindo as indemnizações pagas por rescisões contratuais no valor de € 3,0M. As despesas com pessoal relativas às atividades de I&D foram de € 13,5M, +3,1% que em 2021, incluindo indemnizações no valor de € 1,9M.

As amortizações do exercício e imparidades/reversões foram de € 22,9M, -18% que em 2021, das quais € 20,3M são relativas aos projetos de I&D. É muito relevante a importância da I&D neste item da conta de resultados, e que resulta fundamentalmente da amortização dos projetos BIA2 e BIA9, em que os seus medicamentos estão a ser comercializados. Os restantes projetos de investigação BIAL são contabilizados em custos do exercício, não sendo imobilizados, com exceção das patentes que lhes estão associadas e a compra a terceiros de I&D.

Os Resultados Operacionais, antes de gastos de financiamento e impostos, são positivos em € 9,0M (€ 8,9M em 2021) pelos motivos já apresentados.

Os resultados financeiros são negativos em - € 4,1M, uma evolução positiva face a 2021 (- € 4,8M), devido à redução da dívida bancária uma vez que em 2022 as taxas médias de juro foram superiores a 2021, especialmente no 2º semestre, e às receitas financeiras de € 0,6M (juros e swaps).

O financiamento líquido, em 2022.12.31, é de € 163,7M, um decréscimo de € 22,3M face a 2021.12.31. A dívida financeira total é de € 191,6M (€ 188,9M em 2021). Os financiamentos bancários são de € 86,3M, dos quais € 31,9M se vencem em 2023. Os empréstimos obrigacionistas são de € 82,5M, vencendo-se € 52,5M em 2023.

A maturidade dos financiamentos é adequada às necessidades dos projetos da empresa e da sua capacidade de gerar “cash-flow”. Nos financiamentos bancários é de salientar o do Banco Europeu de Investimento, presentemente no valor de € 16,7M. A empresa tem em caixa e depósitos bancários € 27,9M, a que acrescem € 25,5M disponíveis através de descobertos bancários, e € 35,0M em papel comercial. No total, tem meios financeiros de € 133,4M para utilizar em 2023, valor adequado às suas necessidades de tesouraria.

Os meios financeiros contratados garantem as necessidades de financiamento de BIAL - Portela CA em 2023 em condições financeiras interessantes, com spreads inferiores aos existentes em 2022.

O Resultado Antes de Impostos é de € 4,9M e o Resultado Líquido é de € 1,7M. A diferença é explicada pela utilização de Impostos diferidos no valor de € 2,7M e Impostos correntes no valor de € 0,5M.

O Ativo Líquido é de € 467,2M, + € 15,9M face a 2022, em que se salienta o Ativo intangível (€ 160,4M), Inventários (€ 94,1M), Impostos diferidos (€ 52,8M), Clientes (€ 53,2M), e Ativo tangível (€ 59,9M). São de salientar as reduções do Ativo intangível em € 18,5M e das Dívidas de Terceiros de curto prazo em € 9,1M. Em sentido oposto, há um aumento dos Inventários (€ 9,1M), essencialmente devido à matéria-prima de Ongentys, do Ativo tangível (+ € 18,3M) resultado na conclusão da maioria dos investimentos do Campus BIAL, e de Caixa e Depósitos Bancários no valor de € 25,1M. As restantes rubricas do balanço não tiveram alterações relevantes.

O Capital Próprio é de € 194,2M, similar ao de 2021, refletindo os resultados líquidos do exercício. Os Capitais Próprios representam 42% do Ativo Líquido e 72% do Passivo, rácios positivos e que traduzem níveis confortáveis de autonomia financeira e solvabilidade.

O Passivo é de € 273,0M, um acréscimo de €14,9M face a 2021 (+6%). A principal rubrica do Passivo são os Financiamentos (bancários e obrigacionistas), que representam € 191,6 M. Seguem-se Fornecedores com € 48,0M.

Em conclusão, em 2022 a estrutura do Balanço mantém-se estável e equilibrada, fruto de uma gestão ponderada que aposta no futuro, mas atenta ao presente.

A estrutura económica e financeira é sólida, não obstante o elevado nível de custos operacionais em I&D, uma vez que a quase totalidade dos gastos em investigação são imputados a custos do exercício.

A rentabilidade intrínseca à sua atividade corrente é claramente positiva, permitindo desse modo o financiamento dos projetos de I&D. Para isso muito contribuem de forma decisiva as exportações de Zebinix/Aptiom e Ongentys, produtos de investigação BIAL e, naturalmente, com margens brutas mais elevadas que as da restante gama de produtos.

4. QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE & IDI

O Grupo BIAL, desde há mais de vinte anos, tem seguido uma política de responsabilidade corporativa, de natureza transversal e inserida nas suas diversas áreas operacionais. Essa postura tem evoluído, tornando-se progressivamente mais global e presente no seu dia a dia, quer através da certificação na área de ambiente, quer através de procedimentos e práticas associadas à economia circular, responsabilidade social e “governance”. BIAL - Portela & C.^a, SA, como principal empresa do Grupo, é a que tem maior relevância nesta política, desde a sua área industrial até às atividades de investigação e desenvolvimento, passando por uma forte política de responsabilidade social materializada no apoio a múltiplas instituições e iniciativas da sociedade civil. O desenvolvimento sustentável está presente nas decisões tomadas e nas políticas a definir e implementar.

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2022, em linha com os anos anteriores, o Sistema Gestão da Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente estão adequados à política da Empresa, refletindo os princípios, propósitos e valores do Grupo BIAL. Os sistemas foram avaliados com realização de inúmeras auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores de gestão.

No que respeita à política da Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, é de salientar:

- O Sistema de Gestão Ambiental, implementado desde 2001, viu renovada a respetiva certificação, em conformidade com a norma ISO 14001:2015,

como resultado da auditoria de renovação;

- Em 2022 foram realizadas com sucesso auditorias externas e internas de acordo com os referenciais ISO 9001:2018 e ISO 45001:2018, mantendo-se a conformidade dos Sistemas de Gestão de Qualidade e de Saúde e Segurança;
- Consolidação das Boas Práticas (Clínicas, de Fabrico e de Laboratório), comprovada por diversas auditorias externas e internas, incluindo do Infarmed e de outras autoridades de saúde internacionais;
- Renovação do certificado GMP (*Good Manufacturing Practices*) pelo Infarmed para o fabrico de medicamentos de uso humano e medicamentos experimentais;
- Certificação pelo Infarmed da Nova Fábrica de Antibióticos e da Expansão da Área de Sólidos – *Oral Solid Dosage 2*.

Em 2022 foi dada continuidade ao processo de melhoria contínua nas áreas operacionais, sendo de salientar a conclusão de alguns importantes investimentos, como a nova unidade de antibióticos, a ampliação e renovação das infraestruturas da atual fábrica de medicamentos não antibióticos, e a expansão da área logística. São investimentos iniciados em 2021, que criaram condições para reforçar o vetor industrial do Grupo, suportando a nossa internacionalização. Nesses investimentos, o foco foi a produção dos dois medicamentos de investigação BIAL, Zebinix/Aptiom e ONgentys, para todos os mercados incluindo os EUA, para além do reforço da capacidade de produção de antibióticos para todo o mundo.

Na área ambiental e da economia circular foram implementadas diversas iniciativas, destacando-se as seguintes:

- Expansão da nossa Unidade de Produção e Autoconsumo (UPAC), com a instalação de mais 202 novos módulos de painéis fotovoltaicos, totalizando a área ocupada para mais de 3.500 m² e com uma capacidade instalada de 741 kWp. Em 2022, com este investimento evitámos a emissão de cerca de 320 ton CO₂;
- Ampliámos o número de postos de carregamento elétrico do nosso parque, dispondo atualmente

de 36 postos de carregamento. Também o número de veículos híbridos e elétricos da frota BIAL tem crescido, perfazendo 16 % do total de veículos;

- As nossas cartonagens, folhetos e caixas de cartão possuem certificação FSC (Forest Steward Council), ou seja, a matéria-prima das nossas embalagens provém de florestas geridas de forma sustentada. Adicionalmente, todas as caixas de cartão que embalam os nossos produtos incorporam mais de 50 % de materiais reciclados;
- Em 2022, reduzimos em 59 % o volume de resíduos perigosos face a 2021, com a implementação de ações de melhoria contínua dos nossos processos;
- Reduzimos 48 % das emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), de âmbito 1 – emissões diretas, e de âmbito 2 – indiretas, face ao ano de 2020. As ações mais relevantes para este resultado foram o fornecimento de eletricidade a partir de painéis fotovoltaicos e a obtenção de eletricidade com garantia de origem de fontes renováveis;
- Promovemos ações de economia circular com foco na digitalização de processos e mantivemos as parcerias com os nossos fornecedores na devolução de embalagens. Para além disso, encaminhámos cerca de 5,0 ton de resíduos de solventes orgânicos para recuperação/ regeneração em Portugal.

Em termos globais podemos concluir:

Os relatórios anuais “2022 Quality Performance Analysis”, “2022 Environment Performance Analysis”, “2022 Performance Analysis – Health and Safety” traduzem, através de diversas métricas, o referido nos pontos anteriores e apresentam linhas de ação para a melhoria contínua dos indicadores de desempenho.

- Promovemos ações de economia circular com foco na digitalização de processos e mantivemos as parcerias com os nossos fornecedores na devolução de embalagens. Para além disso, encaminhámos cerca de 5,0 ton de resíduos de solventes orgânicos para recuperação/ regeneração em Portugal.

Em termos globais podemos concluir:

Foram implementadas metodologias de trabalho que garantem a identificação e avaliação dos requisitos das partes interessadas, no sentido de garantir o cumprimento das disposições por estas estabelecidas, assim como dos requisitos legais e das normas de referência aplicáveis ao Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente e ao Sistema de Gestão da Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

Os relatórios anuais “Performance Analysis - Quality, Health & Safety and Environment 2021” e “RDI Management System - 2021 Performance Evaluation” traduzem, através de diversas métricas, o referido nos pontos anteriores e apresentam linhas de ação para a melhoria contínua dos indicadores de desempenho.

5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Um dos principais eixos de atuação da BIAL - Portela & C.^a, assim como das restantes empresas do Grupo, é a sua política ESG (Environmental, Social, and Governance). Assim, são várias as atividades promovidas e desenvolvidas neste âmbito, englobando áreas como a gestão de pessoas, as políticas de qualidade e de proteção ambiental. São também relevantes as diversas iniciativas de promoção e apoio à investigação científica levadas a cabo pelas empresas do Grupo, bem como a associação a causas humanitárias e a entidades sociais.

A nossa política de Responsabilidade Social Corporativa baseia-se no envolvimento com a comunidade - assumindo especial relevo a comunidade onde a empresa está sediada -, e na criação de valor para a sociedade em geral. Neste domínio, destacam-se como eixos de responsabilidade social da empresa as vertentes da saúde, da investigação e desenvolvi-

mento, da sustentabilidade do planeta, assim como da cultura e da educação.

É de destacar a nossa presença como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1994, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. A organização de simpósios, a atribuição de bolsas de investigação e a atribuição de prémios científicos são as suas principais atividades. Em 2022 teve lugar o 13º Simpósio da Fundação BIAL, sob o tema “O mistério do Tempo”, bem como a entrega de prémios correspondente às edições do “BIAL Award in Biomedicine 2021” e do “Prémio Maria de Sousa 2022”, este último em parceria com a Ordem dos Médicos, que no seu conjunto representaram €450'000. Teve ainda lugar em 2022 a edição dos “Apoios à Investigação Científica 2022”, no âmbito da qual foram apoiados 75 projetos com o valor total por projeto até €60'000, bem como o anúncio do “Prémio BIAL de Medicina Clínica 2022”, no valor de € 120'000, tendo a entrega de prémios decorrido no passado mês de fevereiro, em cerimónia presidida pelo Senhor Presidente da República.

Em 2022, BIAL - Portela & C^a, S.A. concedeu € 2M de donativos a diversas entidades, para além de outros patrocínios e apoios não financeiros a múltiplas iniciativas da sociedade civil e que se enquadram no âmbito da sua política de mecenato.

Desde 2004, BIAL é membro do UN Global Compact, uma iniciativa internacional que visa promover o progresso sustentável da economia mundial, unindo empresas, governos e sociedade civil. Anualmente, a empresa renova este seu compromisso com o Pacto Global e os seus dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

As alterações climáticas são um problema real e premente que comprometem as gerações atuais e futuras. BIAL é signatária do Caring for Climate, do The Porto Protocol e assinou, em 2022, o Pacto do Porto para o Clima, desafio promovido pelo município do Porto, com o objetivo de posicionar a cidade como líder, a nível nacional, na ação climática, antecipando a neutralidade carbónica através de ações coletivas e concretas.

No âmbito educativo, BIAL integra diversas iniciativas que visam dar resposta à necessidade de uma

maior participação da sociedade civil e no dia-a-dia das escolas, reconhecendo o papel fundamental da Educação no desenvolvimento sustentado de uma sociedade mais competitiva e dinâmica. Destaca-se ainda o papel da empresa nos programas “Porto de Futuro”, e “Iniciativa Educação” e a participação na associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social, e na Associação Stand4Good.

Na área da Saúde, BIAL tem vindo a estabelecer parcerias com sociedades médicas, associações de doentes e programas educacionais que visam a formação, a educação e a sensibilização para diversos problemas que afetam a saúde da população.

BIAL tem como missão desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde, para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Os seus dois medicamentos de investigação própria, para a epilepsia e para a doença de Parkinson, são o melhor exemplo da sua missão, contribuindo para o bem-estar de muitas dezenas de milhares de doentes em todo o mundo.

A empresa está também associada a diversas iniciativas da sociedade civil e do Estado Português, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização. O destaque natural vai para a intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais, que colaboram “pró-bono” em diversas instituições públicas cujos fins e iniciativas estejam de acordo com os valores e princípios do BIAL.

A BIAL promove uma política proativa de desenvolvimento dos seus colaboradores, nomeadamente através de programas de gestão de talento e de ações de formação e de desenvolvimento. BIAL aposta na qualidade e qualificação das suas pessoas, comprovada pela elevada percentagem de colaboradores que possuem um grau académico do ensino superior (83%). Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há uma preocupação permanente com uma adequada formação contínua, interna e externa, de forma a acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde.

É nosso objetivo continuar a promover um relevante programa de apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional, abrangendo fundações e entidades de âmbito cultural (artísticas, musicais, entre outras) e científico, organizações de intervenção social, organizações de cariz social e humanitário, organismos de saúde e de educação. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental.

6. PERSPETIVAS PARA 2023

Estão aprovados pelo Conselho de Administração os Planos e Orçamentos de Exploração e Investimento para 2023. Com a sua implementação dar-se-á continuidade à política estratégica de BIAL e o seu desenvolvimento a longo prazo, a par do seu equilíbrio económico e financeiro.

A dinamização da atividade comercial continua a ser uma prioridade, com o foco nos medicamentos de investigação BIAL, que estão comercializados nos principais mercados mundiais. Os dois pilares da faturação de BIAL nos últimos anos são o Zebinix/Aptiom, especialmente nos EUA e Espanha, e Ongentys nos países europeus com filiais BIAL (Portugal, Espanha, Alemanha, Itália e Reino Unido) e Japão.

No mercado português o focus, em 2023, continuará a ser os medicamentos para duas áreas terapêuticas fundamentais, as doenças respiratórias (asma e a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica) e a diabetes, a par do sistema nervoso central. Os dois novos medicamentos antidiabéticos (Ebymect e Edistride), tal como ocorreu em 2021 e 2022, serão os motores de crescimento da faturação em Portugal.

A atividade exportadora de BIAL – Portela assentará nas vendas de Zebinix \ Aptiom e de Ongentys para os mercados em que estão comercializados, quer através das filiais do Grupo, quer através dos diversos acordos de licença com empresas farmacêuticas internacionais.

Nos mercados emergentes, o objetivo é reforçar as exportações para os mercados prioritários e com portfólio de maior potencial, concentrando e racionalizando a atividade industrial e comercial. O processo iniciou-se em 2021 com uma análise económica por país e por produto, de forma a maximizar a produtividade e as sinergias no seio do Grupo. Em 2023 será dada continuidade de forma a prestarmos um melhor serviço a parceiros e pacientes dos medicamentos BIAL.

Na área da I&D iremos afetar mais de 20% do nosso turnover, quer ao nível de custos operacionais, quer ao nível de despesas de investimento. Os projetos de investigação em Novas Entidades Químicas são prioritários. Em 2021/2022 foi efetuada uma profunda revisão do portfólio dos projetos em investigação pré-clínica e definidas as metodologias de identificação e seleção de novos projetos.

Os projetos que terão a maioria dos meios humanos e financeiros em 2023 são o BIA9, de que resultou um novo medicamento para a doença de Parkinson, já comercializado nos principais países, e o BIA28, projeto que tem igualmente como objetivo obter um medicamento inovador para a doença de Parkinson.

O plano de investimentos do Campus BIAL aprovado para o triénio 2021-2023 tem como objetivo reforçar a componente produtiva e logística de BIAL, quer pela modernização das suas atuais instalações, quer pela sua expansão, de forma a poder responder às necessidades da internacionalização, nomeadamente para a União Europeia e EUA. Em 2023, iremos terminar esse plano de investimentos, que está praticamente concluído, o que será importante para sustentar o nosso crescimento e autonomia funcional a longo prazo.

O projeto BIA9 teve como prioridade nos últimos anos a realização de um ensaio clínico de fase III para suportar a utilização de Ongentys em fases mais precoces das em que é atualmente utilizado. No início de 2023 foi concluído este ensaio, estando em curso a elaboração da análise dos resultados obtidos. A

par da realização deste ensaio, estão em curso ensaios clínicos de fase IV na Europa para robustecer o conhecimento terapêutico do produto em condições de prática clínica reais.

No projeto BIA28, potencial medicamento para a doença de Parkinson, será dada continuidade a diversas atividades pré-clínicas, mas o principal objetivo é realizar o ensaio clínico de fase II nos EUA e em outros países europeus, com o objetivo de evidenciar a sua eficácia terapêutica. Prevemos que no terceiro trimestre do ano seja incluído o primeiro doente a tomar o novo medicamento. Este projeto é uma parceria entre BIAL Portela e a BIAL R&D Investments, formalizado através de um consórcio entre as duas filiais do Grupo.

Outros projetos de I&D estão em desenvolvimento no âmbito da atividade de BIAL - Portela C^a, em fases pré-clínicas.

A confiança dos acionistas é fundamental neste processo de desenvolvimento da empresa e do Grupo, baseado numa visão estratégica de médio e longo prazo, assente na I&D. O resultado dessa estratégia nos últimos anos foi transformar BIAL numa empresa farmacêutica assente na inovação e investigação.

7. FACTOS SUBSEQUENTES a 2022.12.31

Não são conhecidos eventos posteriores a 2022.12.31 que possam influenciar as demonstrações financeiras de 2022 ou que justifiquem uma revisão dos planos e orçamentos aprovados para 2023.

8. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 1'709'873,58 seja afeto a:

- Reservas Legais: € 86'000,00
- Resultados Transitados e outras reservas: € 1'588'272,86
- Critério de equivalência patrimonial subsidiárias: € 35'600,72

Não se propõe distribuição de dividendos.

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento ao Sr. Dr. José Almeida Bastos, que deixou de exercer funções a partir de 1 de março p.p., após ter pertencido a este Conselho desde o exercício de 2018. A sua experiência profissional de dezenas de anos em algumas das principais farmacêuticas internacionais, a par de um elevado sentido de dever, de forte empenhamento, e sólidos princípios éticos, foram um contributo importante para a consolidação da atividade comercial do Grupo BIAL nos últimos quatro anos.

Trofa, 2023.03.28

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**





BIAL - PORTELA & C^a, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2022.12.31	2021.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE :			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		12 406 207	12 406 207
Edifícios e outras construções		16 893 394	7 087 815
Equipamento básico		17 469 555	9 006 365
Equipamento de transporte		2 677	3 785
Equipamento administrativo		2 358 370	1 001 362
Outros ativos fixos tangíveis		189 181	192 169
Ativos fixos tangíveis em curso		7 540 658	9 458 841
Adiantamentos a fornecedores de investimento		3 049 559	2 440 887
	7	59 909 601	41 597 430
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		152 470 832	170 148 395
Propriedade industrial		3 617 139	5 295 972
Outros ativos intangíveis		215 737	15 646
Ativos intangíveis em curso		4 080 888	3 497 906
	7	160 384 596	178 957 918
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em empresas do grupo		210 289	174 688
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		569 724	473 221
	7	894 833	762 728
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	6	52 838 402	55 615 079
		52 838 402	55 615 079
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	10	6 800 000	6 800 000
		6 800 000	6 800 000
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20	77 384 890	68 465 498
Mercadorias	20	8 045 864	6 437 323
Produtos e trabalhos em curso	19	2 930 247	2 112 346
Produtos acabados e intermédios	19	5 740 162	7 945 106
		94 101 162	84 960 272
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO			
Clientes	10	48 196 809	54 832 864
Estado e outros entes públicos	11	1 245 908	2 208 934
Outros créditos a receber	9	5 818 106	13 783 252
Outros ativos	12	7 680 806	6 207 141
		62 941 629	77 032 192
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	12	1 097 762	2 909 688
		1 097 762	2 909 688
Outros ativos financeiros	7	401 473	0
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		5 000 117	10 055
Depósitos à ordem		22 828 234	2 735 827
Caixa		32 190	40 902
	4	27 860 541	2 786 784
TOTAL DO ATIVO		467 229 998	451 422 092

BIAL - PORTELA & C^a, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	DATAS	
		2022.12.31	2021.12.31
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	16	50 000 000	50 000 000
Reservas legais		8 973 079	8 902 910
Subsídios		23 008 709	24 381 584
Resultados transitados e outras reservas		110 497 707	108 670 605
		Subtotal	192 479 495
Resultado líquido do exercício		1 709 874	1 403 372
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		194 189 369	193 358 471
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	25	550 339	1 665 037
Empréstimos obrigacionistas	13	30 000 000	60 000 000
Financiamentos obtidos	13	75 082 561	81 560 536
Passivos por impostos diferidos	6	1 567 803	1 477 472
Outras dívidas a pagar	6; 15	6 679 948	7 078 524
		113 880 651	151 781 569
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	48 011 963	38 524 233
Estado e outros entes públicos	11	1 820 661	4 040 481
Empréstimos obrigacionistas	13	52 500 000	3 500 000
Financiamentos obtidos	13	33 719 347	43 729 151
Fornecedores de investimentos	14	5 766 989	4 234 653
Outras dívidas a pagar	15	769 470	819 120
Outros passivos	12	14 826 679	7 209 442
		157 415 108	102 057 080
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer	12	1 744 870	4 224 972
		1 744 870	4 224 972
TOTAL DO PASSIVO		273 040 629	258 063 621
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		467 229 998	451 422 092



I. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas	17	213 921 907	221 244 024
Serviços prestados	17	18 696 069	16 411 104
Volume de negócios		232 617 976	237 655 128
Subsídios à exploração	18	3 070 262	2 310 273
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Variação nos inventários da produção	19	-2 024 534	-362 852
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	-64 809 775	-63 217 326
Fornecimentos e serviços externos	21	-99 393 372	-98 321 107
Gastos com o pessoal	22	-38 579 150	-39 293 778
Perdas por imparidade	8; 25	-97 072	-967 475
Provisões	25	73 784	-1 378 693
Reversões	8; 25	87 247	4 920 871
Outros rendimentos	23	15 655 389	14 398 038
Ganhos/Perdas em empresas do Grupo	7	35 601	15 929
Outros gastos	24	-14 654 320	-18 838 917
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		31 982 035	36 920 090
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-24 319 921	-29 274 462
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas)/reversões	7; 25	1 362 556	1 261 067
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 024 670	8 906 694
Juros e rendimentos similares obtidos	26	564 136	0
Juros de empresas do grupo	26	-217 410	-307 748
Juros e gastos similares suportados	26	-4 445 587	-4 541 345
Resultado antes de impostos		4 925 809	4 057 601
Imposto corrente	6	-504 000	-2 142 294
Imposto diferido	6	-2 711 935	-511 935
Resultado líquido do período		1 709 874	1 403 372

II. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2021

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Posições no início do período 2021	50 000 000	7 553 022	342 647	26 003 496	-360 143	82 862 837	26 997 765	193 399 625
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		1 349 888				25 647 877	-26 997 765	0
	50 000 000	8 902 910	342 647	26 003 496	-360 143	108 510 714	0	193 399 625
Subsídios				-2 092 789				-2 092 789
Impostos diferidos				470 878	-51 499			419 379
Outras variações no capital próprio					228 885			228 885
	0	0	0	-1 621 911	177 386	0	0	-1 444 526
Resultado líquido do período							1 403 372	1 403 372
Resultado integral								-41 154
Posição no fim do período 2021	50 000 000	8 902 910	342 647	24 381 584	-182 755	108 510 714	1 403 372	193 358 471

III. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2022

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Posições no início do período 2022	50 000 000	8 902 910	342 647	24 381 584	-182 755	108 510 714	1 403 372	193 358 471
Aplicação do resultado líquido do ano anterior		70 169				1 333 203	-1 403 372	0
	50 000 000	8 973 079	342 647	24 381 584	-182 755	109 843 917	0	193 358 471
Subsídios				-1 771 451				-1 771 451
Impostos diferidos				398 576	-143 390			255 186
Outras variações no capital próprio					637 289			637 289
	0	0	0	-1 372 875	493 899	0	0	-878 976
Resultado líquido do período							1 709 874	1 709 874
Resultado integral								830 898
Posição no fim do período 2022	50 000 000	8 973 079	342 647	23 008 709	311 144	109 843 917	1 709 874	194 189 369

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	266 642 003	243 008 723
Pagamentos a fornecedores	-174 570 553	-193 660 560
Pagamentos ao pessoal	-37 034 298	-36 883 236
Caixa gerada pelas operações	51 537 152	12 464 927
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	0	0
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-1 152 931	-1 320 784
	49 563 770	11 144 143
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	49 563 770	11 144 143

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-17 850 602	-11 647 146
Ativos intangíveis	-3 962 528	-8 051 263
Investimentos financeiros	-96 183	-94 479
Outros ativos		0
Subsídios ao investimento	-463 410	0
	-22 372 722	-19 792 888
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		0
Ativos intangíveis		0
Investimentos financeiros	123 127	0
Outros ativos		0
Subsídios ao investimento	5 268 055	10 715 461
Juros e rendimentos similares		0
Dividendos	5 391 181	0
	10 715 461	10 715 461
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-16 981 541	-9 077 427

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

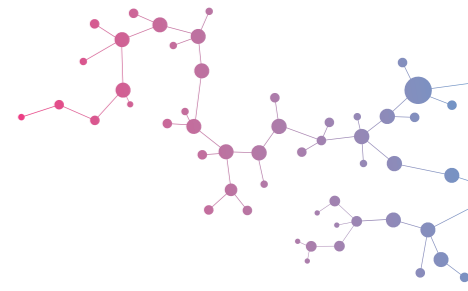
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	86 750 000	25 000 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0
Cobertura de prejuízos		0
Doações		0
Outras operações de financiamento	10 000 000	16 475 964
	96 750 000	41 475 964
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-92 732 805	-44 213 305
Juros e gastos similares	-3 509 148	-3 826 321
Dividendos		0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0
Outras operações de financiamento	-6 000 000	-12 020 574
	-97 921 501	-60 060 200
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-1 171 501	-18 584 236

Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) **31 410 728** **-16 517 520**

Efeito das diferenças de câmbio **0** **0**

Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5) **-3 550 187** **12 967 332**

Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5) **27 860 541** **-3 550 187**



V. ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 2022.12.31

Valores em Euros

1. Introdução

BIAL - PORTELA & Cª, SA tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede e instalações fabris no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2023.03.28.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, justificadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

As demonstrações financeiras da BIAL - Portela & CA., S.A. são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa-mãe, BIAL Holding, S.A., nas quais as sociedades referidas na Nota 29 são também incluídas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve alterações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC, posteriormente alteradas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.
- As NCRF em vigor na presente data.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo.

A empresa adotou como custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente, na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Os ganhos resultantes da revalorização efetuada em 1 de janeiro de 2009 encontram-se refletidos em “outras reservas” devido ao facto de se tratar da adoção de um custo (custo considerado) na data de transição para as NCRF.

Subsequentemente, a empresa decidiu manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

Em 2022 foi dada continuidade ao forte investimento na expansão da capacidade industrial da BIAL, com a construção de novos edifícios, unidades industriais, requalificação de edifícios existentes, investimento em novos equipamentos e infraestruturas.

Em face deste contexto, considerou-se pertinente a revisão da vida útil do imobilizado em linha com a vidas úteis expectáveis.

Nos últimos anos, BIAL tem executado um plano de expansão das suas instalações em S. Mamede do Coronado, o Campus BIAL, com uma visão

de longo prazo. Mais concretamente, compreende os projetos da expansão da fábrica, a nova fábrica de antibióticos, a expansão logística, as infraestruturas e o edifício social. Em complemento, os edifícios existentes têm também sido alvo de intervenções de manutenção preventiva e reestruturações, com especial foco na unidade de Investigação e Desenvolvimento.

Neste sentido, parece-nos evidente que, ao dotar todo o Campus BIAL de mais e melhores condições, quer a nível de capacidade produtiva, infraestruturas técnicas e melhores condições de trabalho, haja um impacto positivo, direto ou indireto, destes investimentos em investimentos passados, que estejam em linha com as decisões de longo prazo agora tomadas.

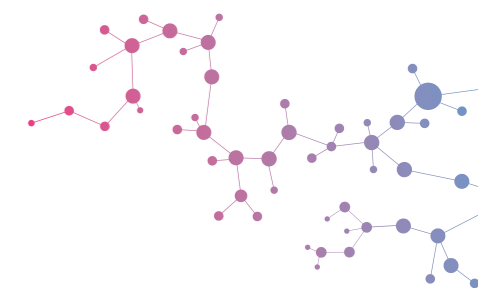
Sob este fundamento, considerou-se pertinente reavaliar a vida útil do imobilizado, reajustando-a à nova realidade e perspetiva de longo prazo, suportando a análise com o histórico do imobilizado já depreciado, mas ainda em utilização. A revisão das vidas úteis tem efeitos prospetivos, ou seja, esta operação não teve qualquer impacto nos saldos de abertura nem Capital Próprio.

Nesta fase foram envolvidos os responsáveis e técnicos das áreas funcionais relevantes, que avaliaram o imobilizado e, com base no seu conhecimento dos bens em causa, dos processos de procurement e experiência profissional, atribuíram um intervalo de vida útil para cada grupo fiscal.

As principais áreas funcionais revistas foram: Secção de Produção, Secção de Engenharia e Manutenção, Secção de Logística e Distribuição, Área de Investigação e Desenvolvimento e Laboratório de Controlo de Qualidade.

Desta forma, as novas taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2021	% anual
Edifícios e outras construções	2%, 5% e 10%	
Equipamento básico	10%-16.66%, 25%, 33.33%	
Equipamento de transporte	20% e 25%	
Equipamento administrativo	10%-25%, 33.33%, 50%	
	2022	% anual
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%	
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%	
Equipamento de transporte	20% e 25%	
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%	





Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo, pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são reavaliados no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados durante o período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo fixo tangível a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição e apenas são amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

Os bens de valor inferior a € 1 000 são totalmente amortizados no próprio exercício de aquisição.

Imparidade

A empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, a empresa estima a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos o custo de vender e o seu valor de uso) e reconhece a imparidade nos resultados do exercício sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.
- Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente quanto à imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o preço do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

(b) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.





O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do rendimento ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos as amortizações e as perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Até 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não foram amortizados, embora testados anualmente quanto à imparidade, independentemente de haver ou não indícios de que possam estar em imparidade. A partir de 2016, os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, são amortizados, no máximo, em dez anos e testados anualmente quanto à imparidade.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

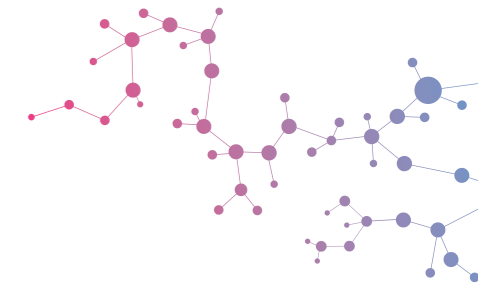
Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento	5%
Software-validações	33.33%
Propriedade industrial	5% - 33.33%



Encontram-se classificados como ativos, os projetos de desenvolvimento BIA2 (medicamento antiepilético) e BIA9 (medicamento para a doença de Parkinson). Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Aptiom/Zebinix (despesas de investigação e desenvolvimento, respetivamente, para os EUA e Europa do medicamento antiepilético) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, taxas constantes em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

(b.1) Projetos de desenvolvimento

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando BIAL pode demonstrar:

- (a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- (b) A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- (c) A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- (d) A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- (e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- (f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de licensing-out é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA-2093 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de licensing-out em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália. Em 2022, foram assinados acordos de distribuição para Israel.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licensing-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça. Em 2022, foi assinado acordo de distribuição para Austrália.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

Os gastos com o pessoal afeto aos projetos de desenvolvimento não são capitalizados.

(b.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.





(b.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidos os gastos com as patentes registradas em nome de BIAL-Portela & Cª, S.A., relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

(b.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades externas.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas reconhecidas como ativo, com vida indefinida, são amortizadas.

(c) Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

São valorizados de acordo com o método da equivalência patrimonial os investimentos em todas as subsidiárias (definindo-se como tal as entidades nas quais BIAL exerce controlo), associadas (definindo-se como tal as entidades nas quais BIAL exerça uma influência significativa) e empreendimentos conjuntos (definindo-se como tal as atividades económicas desenvolvidas em parceria com outras empresas, sujeitas a controlo conjunto, mediante um acordo contratual).

(d) Outros Investimentos financeiros

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

(e) Risco financeiro

No Grupo BIAL, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias-primas e aos fornecedores que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos em I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos a que o Grupo BIAL está exposto podem resumir-se em (i) risco

de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez. O principal objetivo do Grupo BIAL é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável (ver Nota 31).

(f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existe uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos pode estar em imparidade, tem em conta dados observáveis que chamam a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um “per si” para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base no risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

(f.1) Acionistas

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade, sempre que aplicável, determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.2) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p), sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.





(f.3) Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.4) Caixa e bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de «Financiamentos obtidos» do balanço.

(g) Imposto sobre o rendimento

(g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A empresa-mãe, BIAL Holding, S.A. e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 75% do respetivo capital (onde se inclui BIAL-Portela & Cª, S.A.) e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento, são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 1,5 M, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 7,5 M e de 9% sobre o valor de lucro tributável que exceda os € 35 M.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e seis anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

(g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos da empresa.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

As diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Desta forma, as empresas que apresentem lucros tributáveis serão sempre sujeitas ao pagamento de IRC, ainda que detenham prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores, salvo se existirem créditos fiscais.

No Orçamento Suplementar de 2020, relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de dedução ficou suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de dois anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Com o Orçamento de Estado de 2023 foi alterado o Código do IRC, deixando a dedução dos prejuízos fiscais de ter limitação temporal, sendo esta alteração aplicada à dedução aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como os





prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, reportáveis a esta data.

No que diz respeito ao limite da percentagem de dedução perante os lucros tributáveis, foi fixado um novo limite, diminuindo-se de 70% para 65% a percentagem de dedução máxima possível. No entanto, esta alteração não prejudica o estabelecido no Orçamento Suplementar para 2020 que permite um aumento de 10 pontos percentuais na dedução a efetuar aos lucros tributáveis quando esses 10% incrementais respeitem a prejuízos fiscais apurados em 2020 e 2021.

(h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

Produtos acabados - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.

Produtos intermédios - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.

Produtos e trabalhos em curso - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.

Matérias-primas - ao custo de aquisição, lote a lote.

Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos) - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.



(i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

(j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(I) Rubricas do capital próprio

(I.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da BIAL-Portela & C^a, S.A. está realizado.

(I.2) Reserva legal

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

(I.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais variações de justo valor que, de acordo com o nº 2 do artº 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(I.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no artº 32 e 33 do CSC.

(I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados no capital próprio, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos e ganhos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial esta conta é reduzida:

- No que respeita a subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Em consequência das alterações do SNC o benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é, também, contabilizado em conformidade com a NCRF 27. Tivemos em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

(m) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo



valor pode ser estimado com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

(n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

(n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial, os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados em “outros ativos financeiros” ou “outros passivos financeiros”, consoante o caso e como não correntes ou como correntes, seguindo a mesma forma como o financiamento está apresentado no Balanço.

(n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

(n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos estão mensurados ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. As restantes dívidas a pagar estão também mensuradas ao custo amortizado.

(n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo.

(o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2022:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0,9841	0,988
GBP	0,8823	0,8859
USD	1,0648	1,0691
JPY	140,448	141,011
SEK	11,1002	11,1446
CAD	1,441	1,4467

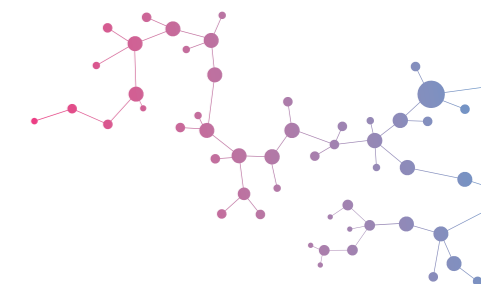
2021:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,0358	1,0317
GBP	0,8388	0,8354
USD	1,1335	1,129
JPY	130,49	129,969
SEK	10,2618	10,2208
CAD	1,4433	1,4376

(p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma, o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.



Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável o saldo a receber, é reconhecido como uma imparidade e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

(p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

(p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade, o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos (“*milestones*”) que dependem do esforço continua-

do da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o “*milestone*” é atingido. A contabilização dos *milestones* é efetuada de acordo com o *guidance* da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

(q) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

(r) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

(r.1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

(r.2) Subsídios ao investimento

Ver nota (I.5).

(s) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados, determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (*Swap*).

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos relacionados com a aquisição de ativos intangíveis de projetos de desenvolvimento são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes gastos começa após o início das atividades de desenvolvimento do ativo e é interrompida quando os gastos com o projeto são transferidos de ativo em curso para ativo firme.

(t) Trabalhos para a própria entidade

Esta rubrica refere-se à produção interna de medicamentos para uso em ensaios clínicos, sendo capitalizados em ativo intangível por contribuírem para o aumento do montante do projeto de desenvolvimento e são es-



senciais para testar a eficácia dos novos medicamentos capitalizados. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados, tendo por base a capacidade normal de produção.

(u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, a empresa segue as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

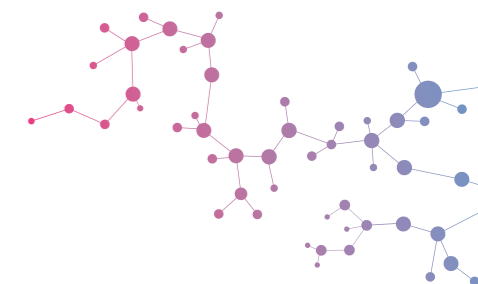
A variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias, no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura, são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2021 e 2022 não existem instrumentos financeiros nestas condições.



(y) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(z) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.2. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, o Conselho de Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos

gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

(a) Reconhecimento de receitas de licensing-out

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“*milestones*”);
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria-prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “*stand-alone value*” para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, analisando, por exemplo, se tem a contraparte a experiência interna e competências necessárias para desenvolver o produto candidato à comercialização sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “*milestone*” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir com os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o *milestone* ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do *milestone* ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

(b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-b. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica (normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um novo medicamento atinge a Fase III de ensaios





clínicos) e quando ocorre a existência de contratos de *licensing-out*, constituindo evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

Ou seja, para além do estágio de desenvolvimento (Fase III) para a tomada de decisão de capitalização dos custos é também fundamental a existência de contratos de licenciamento que tornam prováveis a recuperação do valor inscrito no balanço.

Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (ONgentys) encontra-se licenciado para o Japão desde 2013, tendo sido licenciado para os EUA em 2017. O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça iniciou-se em 2020. Em 2022 iniciou-se a comercialização na Austrália.

Fruto da estratégia de se tornar um parceiro europeu na área da neurociência, em 2021 a BIAL assinou um acordo de licenciamento exclusivo com a farmacêutica norte-americana Sunovion Pharmaceuticals Inc. (Sunovion), uma subsidiária da Sumitomo Dainippon Pharma Co., Ltd., para a comercialização do filme sublingual de apomorfina na União Europeia, Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.

A apomorfina sublingual é uma nova formulação da apomorfina em filme que se dissolve debaixo da língua para o tratamento agudo e intermitente dos períodos OFF da doença de Parkinson.

Nos termos do acordo estabelecido, a BIAL é responsável pelo processo de aprovação e submissão regulamentar, incluindo as interações com a Agência Europeia de Medicamentos. A BIAL perspetiva iniciar a sua comercialização em 2023.

Como parte do acordo, a Sunovion recebeu um pagamento inicial pela concessão da licença, decorrendo futuros pagamentos na sequência do processo de aprovação e comercialização deste medicamento, associado a volumes de vendas.

(c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que BIAL opera. Ver ponto 3.1 a) relativamente à alteração das vidas úteis de imobilizado.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido considerada para a sua determinação a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

(d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, foi necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a





doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, a previsão de vendas/milestones do BIA 28, bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

(e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável, a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor, menos o custo de vender, é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades em que não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Inflação no preço das matérias-primas;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos;
- Taxas de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

(f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1 f).

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2022	2021
Numerário	32 190	40 902
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	22 828 234	2 735 827
Depósitos a prazo	5 000 117	10 055
Disponibilidades constantes do balanço	27 860 541	2 786 784
Depósitos à ordem - descobertos bancários (nota 13)	0	-6 336 971
Caixa e seus equivalentes	27 860 541	-3 550 187

A empresa possui, negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M, estando o montante totalmente disponível para utilização.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Conforme o referido na nota 3.1 a), em 2022 procedeu-se à revisão das vidas úteis do imobilizado, a qual não gerou, por ser uma alteração de estimativa aplicada prospectivamente, qualquer ajustamento nos saldos de abertura.

Esta alteração implicou uma alteração na vida útil estimada dos equipamentos já existentes a 1 de janeiro de 2022.

O impacto no corrente exercício foi de cerca de € 2,4 M, sendo que o mesmo vai gradualmente diminuindo nos anos subsequentes.

Adicionalmente, não se regista qualquer erro material relativo a períodos anteriores.

6. Imposto sobre lucros

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2019 a 2022, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa con-

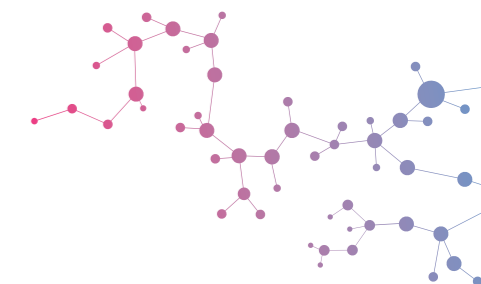
sidere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

São reconhecidos impostos diferidos, cujo apuramento se resume a seguir:

Diferença Temporária	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
Dr/(Cr)				
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Reavaliação livre de terrenos	6 583 250		-1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões (b)	15 926 880	3 583 547		3 583 547
Instrumentos financeiros	235 815	53 059		53 059
Créditos fiscais – Portugal (a)	51 978 474	51 978 474		51 978 474
		55 615 079	-1 477 472	54 137 607
Movimento do ano, líquido				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões (b)	-1 392 284	-313 264		-313 264
Créditos fiscais (a)	-2 398 671	-2 398 671		-2 398 671
		-2 711 935	0	-2 711 935
Sem impacto na DR				
Instrumentos financeiros	-637 288	-53 059	-90 331	-143 390
Créditos fiscais (a)	-11 683	-11 683		-11 683
		-64 742	-90 331	-155 073
		-2 776 677	-90 331	-2 867 008
Saldo em 31 de dezembro de 2022				
Reavaliação livre de terrenos	6 583 250		-1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões (b)	14 534 596	3 270 283		3 270 283
Instrumentos financeiros	-401 473	0	-90 331	-90 331
Créditos fiscais – Portugal (a)	49 568 119	49 568 119		49 568 119
		52 838 402	-1 567 803	51 270 599

a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2022 e atualizou-se o montante que é expectável recuperar, tendo sido também acrescido CDT (crédito dupla tributação) € 71K.

b) Imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética (nota 7).



Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
Imposto corrente:	
Resultado antes de impostos	4 925 809
Diferenças permanentes	-1 302 894
Diferenças temporárias	-1 409 072
Resultado tributável	2 213 843
Utilização de prejuízos fiscais	-1 549 690
Materia Coletável	664 153
Taxa de imposto	21%
	Coleta
Derrama estadual	0
	Coleta total
Utilização de crédito fiscal SIFIDE	-139 472
Tributações autónomas e derrama	504 000
	(I) Imposto corrente
	504 000
Imposto diferido:	
Movimento no período	2 711 935
	(II) Imposto diferido
	2 711 935
	Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)
	3 215 935

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais existentes (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	7 729	2026
SIFIDE	2015	8 558	2027
SIFIDE	2016	7 958	2028
SIFIDE	2017	7 362	2029
SIFIDE	2018	9 485	2030
SIFIDE	2019	6 853	2031
SIFIDE	2020	5 441	2032
SIFIDE (*)	2021	6 564	2033
SIFIDE (*)	2022	6 712	2034
TOTAL		66 662	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2022, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 66,7 M, a que correspondem impostos diferidos ativos

potenciais no mesmo montante. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 49,6 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais (cenário conservador).

O Orçamento de Estado de 2023 veio alterar o prazo de reporte dos créditos fiscais (SIFIDE) para 12 anos.

7. Ativo não corrente (exceto impostos diferidos ativos)

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

(a) Ativo bruto

RUBRICAS	2022			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.406.207	0	0	12.406.207
Edifícios e outras construções	24.176.083	0	10.375.593	34.551.676
Equipamento básico	33.149.260	745.500	8.499.327	42.394.088
Equipamento de transporte	123.389	0	0	123.389
Equipamento administrativo	11.299.035	777.039	917.341	12.993.415
Outros ativos fixos tangíveis	1.670.805	19.611	-16.906	1.673.510
Imobilizações em curso	9.458.841	14.088.424	-16.006.607	7.540.658
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2.440.887	4.482.373	-3.873.701	3.049.559
	94.724.507	20.112.947	-104.952	114.732.502
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	349.278.617	611.453	0	349.890.070
Propriedade industrial	36.894.211	632.780	2.940	37.529.931
Outros ativos intangíveis	512.155	200.091	0	712.246
Ativos intangíveis em curso	3.497.906	1.145.350	-13.852	4.629.404
	390.182.889	2.589.674	-10.912	392.761.651
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	174.688	35.601	0	210.289
Empréstimos a empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	114.820	0	0	114.820
Outras aplicações financeiras	473.221	96.504	0	569.725
	762.729	132.104	0	894.833
TOTAIS	485.670.125	22.834.725	-115.864	508.388.987



De salientar o forte investimento na ampliação das estruturas de produção e armazenagem, bem como a nova fábrica de antibióticos, edifício social e administrativo, sendo que maioritariamente a sua conclusão aconteceu em 2022, evidenciado pelo montante significativo de transferências de imobilizado em curso.

Os aumentos no ativo intangível incluem, essencialmente, investimento de cerca de € 748 839 no medicamento para a doença de Parkinson (Ongentys), de € 800 000 relativos ao acordo de licenciamento da apomorfina.

O aumento em “Outras Aplicações Financeiras” refere-se a verbas despendidas para o Fundo de Compensação do Trabalho.

RUBRICAS	2021			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12 406 207	0	0	12 406 207
Edifícios e outras construções	23 807 686	98 663	269 734	24 176 083
Equipamento básico	32 269 469	1 011 201	-131 410	33 149 260
Equipamento de transporte	382 175	4 431	-263 217	123 389
Equipamento administrativo	10 868 530	444 594	-14 089	11 299 035
Outros ativos fixos tangíveis	1 651 359	19 753	-307	1 670 805
Imobilizações em curso	892 456	8 765 109	-198 724	9 458 841
Adiantamentos a fornecedores de investimento	74 650	2 569 986	-203 749	2 440 887
	82 352 532	12 913 737	-541 762	94 724 507
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	346 645 945	2 632 672	0	349 278 617
Propriedade industrial	35 506 638	1 387 573	0	36 894 211
Outros ativos intangíveis	496 509	15 646	0	512 155
Ativos intangíveis em curso	770 339	2 727 567	0	3 497 906
	383 419 431	6 763 458	0	390 182 889
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	88 401	69 884	0	174 688
Empréstimos a empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	114 820	0	0	114 820
Outras aplicações financeiras	378 742	94 479	0	473 221
	581 963	164 363	0	762 729
TOTAIS	466 353 926	19 841 558	-541 762	485 670 125

(b) Depreciações

RUBRICAS	2022			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. e ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	17 088 269	571 651	-1 636	17 658 283
Equipamento básico	24 142 894	837 192	-55 555	24 924 532
Equipamento de transporte	119 604	1 108	0	120 712
Equipamento administrativo	10 297 673	367 177	-29 805	10 635 045
Outros ativos fixos tangíveis	1 478 637	17 241	-11 547	1 484 330
	53 127 077	1 794 369	-98 544	54 822 902
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	162 172 018	21 066 971	0	183 238 990
Propriedade industrial	31 575 219	1 458 581	-10 912	33 022 888
Outros ativos intangíveis	496 509	0	0	496 509
	194 243 746	22 525 552	-10 912	216 758 386
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	0	0	0	0
	0	0	0	0
TOTAIS	247 370 823	24 319 921	-109 455	271 581 288

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepiléptica adjuvante, “monoterapia” e pediatria (€ 5 379 359, € 7 329 004 e € 2 146 263, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3 893 148), cuja comercialização se iniciou em 2016.

RUBRICAS	2021			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSFE ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	16 078 520	1 009 749	0	17 088 269
Equipamento básico	22 212 092	2 193 505	-262 703	24 142 894
Equipamento de transporte	323 371	59 450	-263 217	119 604
Equipamento administrativo	9 518 356	793 468	-14 151	10 297 673
Outros ativos fixos tangíveis	1 419 315	59 629	-307	1 478 637
	49 551 654	4 115 801	-540 378	53 127 077
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	141 162 954	21 009 064	0	162 172 018
Propriedade industrial	27 425 622	4 149 597	0	31 575 219
Outros ativos intangíveis	496 509	0	0	496 509
	169 085 085	25 158 661	0	194 243 746
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em empresas do grupo	0	0	0	0
Partes de capital em outras empresas	0	0	0	0
Outras aplicações financeiras	0	0	0	0
	0	0	0	0
TOTAIS	218 636 739	29 274 462	-540 378	247 370 823

(c) Imparidades em ativos intangíveis

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	15 926 877	0	2 275 268	13 651 609
Propriedade industrial	1 054 349	882 983	518 787	1 418 545
Em curso	0	548 516	0	548 516
TOTAL	16 981 226	1 431 499	2 794 055	15 618 670

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 6 961 313 e € 6 690 297, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

No decurso do ano de 2021, a BIAL decidiu descontinuar o projeto de investigação BIA5, por razões de natureza científica e de mercado, agravadas pelo contexto de pandemia vivido nos últimos dois anos. Assim foi registada uma perda por imparidade de € 1 031 328, relativa às patentes associadas a este projeto de desenvolvimento.

Em 2022, a BIAL decidiu descontinuar os projetos de investigação BIA12, BIA19 e BIA25, pelo que foi registada uma perda por imparidade de € 1 431 499.

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

Foram efetuados testes de sensibilidade aos principais pressupostos técnicos e operacionais do modelo, o que permite concluir a recuperabilidade do ativo.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior). De referir que o aumento das taxas de juro impactou negativamente a taxa de desconto e que, ainda assim, existe uma margem de segurança significativa pelos testes de imparidade efetuados aos custos capitalizados do BIA 2 e BIA 9.

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela Administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.



(d) Participações financeiras

As Participações financeiras encontram-se assim distribuídas:

Sociedade	Sede	Participação	Capita Próprio	Resultado em 2021	Valor de Balanço 2021	Valor de Balanço 2022
Medimport	Moçambique	7,5%	MZM 184 572 174	MZM 89 475 381	228 660	228 660
BIAL Angola	Angola	33%	AKZ -29 919 960	AKZ 72 136 123	-53 972	-18 372
TOTAL					174 688	210 289

Os movimentos em valor dos investimentos financeiros em empresas do grupo foram os seguintes:

Saldo em 1 de janeiro de 2022	174 688
Aplicação do método da equivalência patrimonial - perda BIAL-Angola	35 601
Imparidade - BIAL-Angola	0
Prestações suplementares - Medimport	0
Total	210 289

(e) Outros ativos financeiros – ativo corrente

O montante em “Outros ativos financeiros” refere-se ao justo valor do SWAP taxa fixa, instrumento de cobertura.

(f) Outra informação

Os ativos fixos tangíveis estão totalmente afetos à produção, comercialização e promoção de especialidades farmacêuticas, atividade a que a empresa se dedica. O valor de ativos tangíveis em poder de terceiros é nulo e não há ativos tangíveis localizados no estrangeiro.



8. Imparidades (Ativos correntes)

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Existências:					
Matérias-primas	400 766	27 222			427 988
Mercadorias	25 957			20 744	5 213
Produtos e trabalhos em curso	5 866	475 517			481 383
Produtos acabados e intermédios	25 646	11 514			37 160
Subtotal	458 235	514 254	-	20 744	951 745
Dívidas de Terceiros:					
Clientes c/c	472 000	453 221		338 361	586 860
Outros créditos a receber	4 595 874			4 561 766	34 108
Subtotal	5 067 874	453 221	-	4 900 127	620 968
TOTAL	5 526 109	967 474	-	4 920 870	1 572 713

A reversão da imparidade de outros créditos a receber resultou da decisão de descontinuidade do projeto BIA 5.

9. Outros créditos a receber

	2022	2021
Empresas do grupo (nota 29)	1 128 742	2 069 173
Neurocrine	0	1 546 272
Adiantamentos a fornecedores	3 321 754	7 807 013
Parexel International	0	188 742
Agnitio	0	115 595
Alloga	12 692	392 808
CPL	565 739	599 808
Outros	823 288	1 097 949
Curto prazo sem imparidade	5 852 215	13 817 360
Outros	1 097 949	391 457
Curto prazo sem imparidade	13 817 360	18 888 015

Está constituída uma imparidade de € 34 108 (2021: € 34 108).

10. Clientes

	2022	2021
Médio e longo prazo:		
BIAL SA	1 800 000	1 800 000
BIAL Itália	5 000 000	5 000 000
	6 800 000	6 800 000
Curto prazo:		
Clientes armazenistas	1 553 511	5 807 384
Clientes laboratórios	4 105 520	3 775 231
Clientes estrangeiros	17 055 558	18 587 913
Clientes hospitalares, clínicas e outros	229 567	253 768
BIAL Espanha	3 633 902	6 643 836
BIAL UK	126 882	236 708
BIAL SA	551 564	720 375
BIAL Itália	12 534 742	11 189 953
Novipharma	3 492 020	3 050 296
Medimport	3 275 473	3 517 152
BIAL Deutschland	222 072	326 279
MediBIAL	0	76 510
BIALport	0	188 333
InterBIAL	0	158 973
BIAL R&D	2 039 906	12 092
BIAL Consumer Health	15 904	6 743
BIAL Holding	0	868 178
	48 836 620	55 419 724
Total sem imparidade	55 636 620	62 219 724

No final de 2022 foi celebrado um contrato de factoring sem recurso, tendo sido adiantados € 5,7 M.

Está constituída uma imparidade de € 639 810 relativamente a clientes (2021: € 586 860).

Encontra-se registado o valor a receber referente ao licenciamento do ON-gentys para os mercados espanhol, suíço e italiano, licenciamento válido pelo prazo de 20 anos, com os seguintes planos de pagamento (em €):

	2023	2024	2025	2026	2027	2028
BIAL SA		300 000	300 000	600 000	600 000	0
BIAL Itália				1 500 000	1 500 000	2 000 000
	0	300 000	300 000	2 100 000	2 100 000	2 000 000

A antiguidade de dívida da Medimport a BIAL-Portela & C^a, S.A. é a seguinte:

Ano	Não vencido	< 6 meses	6 meses até 12 meses	1 ano até 2 anos	>2 anos	TOTAL
2022	1 228 418	395 131	0	3 338	1 648 586	3 275 473
2021	1 425 190	303 280	111 543	368 609	1 308 529	3 517 152

11. Estado e outros entes públicos

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC	0	502 750	0	2 141 044
IRS	0	552 324	0	827 509
IVA	1 245 908	52 864	2 208 934	92 603
Segurança Social	0	659 037	0	902 465
Infarmed	0	0	0	27 386
Outros	0	53 686	0	49 474
TOTAL	1 245 908	1 820 661	2 208 934	4 040 481

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

12. Diferimentos e acréscimos

(a) Ativos

	2022	2021
Curto prazo:		
Outros ativos	7.680.806	6.207.141
Gastos a reconhecer	1.097.762	2.909.688
TOTAL	8.778.568	9.116.829

O saldo de outros ativos inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento de € 4 151 977 (2021: 4 185 953), bem como acréscimo de rendimentos de fees de 2022 a serem faturados em 2023.

(b) Passivos

Outros Passivos	2022	2021
Remunerações a liquidar	5.120.655	4.840.199
Juros a liquidar	664.327	892.385
Outros acréscimos de gastos	9.041.697	1.476.859
TOTAL	14.826.679	7.209.442

O saldo de outros acréscimos de gastos corresponde essencialmente a:

- documentos datados de 2023 relativos a gastos ocorridos em 2022 num total de € 3 M;
- responsabilidades com empresas do grupo relativas 2022 no montante de € 1M (nota 29);
- montantes relativos a sick funds* no mercado alemão, cerca de €2,7M.

*Descontos acordados com entidades que fazem garantir o acesso mais fácil e económico a Zebinix por parte do utente.

Rendimentos a reconhecer

Encontram-se registados € 344 870 (2021: € 4 224 972), na rubrica de rendimentos a reconhecer, referentes ao Portugal 2020, bem como € 1 400 000 relativos a rendimentos de 2023 faturados em 2022.

13. Financiamentos obtidos

	Curto Prazo 2022	Médio Longo Prazo 2022	TOTAL 2022	TOTAL 2021
Descoberto bancário	0	0	0	6.336.971
Financiamentos bancários	31.954.534	40.584.000	72.538.534	90.872.945
Empréstimos empresas do Grupo	1.327.737	26.916.807	28.244.545	24.125.775
Empréstimo obrigacionista	52.500.000	30.000.000	82.500.000	63.500.000
Subsídios reembolsáveis	437.076	7.581.753	8.018.829	3.953.996
TOTAL	86.219.347	105.082.561	190.301.907	188.789.687

A empresa possui, negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M, estando o montante totalmente disponível para utilização.

No final do ano de 2022 foram ainda contratados financiamentos de:

- € 45 M à C2 Capital Partners – SCR, S.A. sob a forma de obrigações, estando prevista a sua emissão até ao final do primeiro semestre de 2023;
- € 15 M de programa de papel comercial;
- € 20 M de programa de papel comercial grupado.

As principais garantias e condições dos contratos com os bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na Nota 33.



Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- €52 500 000 relativo às obrigações emitidas em 2018 (€60 000 000) deduzido das obrigações detidas por BIAL (€7 500 000), com maturidade em outubro 2023. A cotação da Euronext Access no final do ano de € 101,50, encontrando-se acima do par (€ 100).
- €30 000 000 (Explorer), com maturidade em 2024.

A maturidade dos financiamentos obtidos de médio e longo prazo é a seguinte:

	Financiamentos Bancários	Banco Europeu de Investimentos	Empréstimos empresas do Grupo	Empréstimo obrigacionista	Subsídios reembolsáveis	TOTAL
2023	31.954.534	1.327.737	52.500.000	437.076	86.219.347	41 121 065
2024	15.083.000	6.083.380	30.000.000	1.326.375	52.492.756	91 063 243
2025	13.583.000	6.083.380	-	698.839	20.365.219	18 478 683
2026-2029	11.917.667	14.750.381	-	5.556.539	32.224.587	32 018 069
TOTAL	72.538.201	28.244.879	82.500.000	8.018.829	190.301.907	182 681 060

14. Fornecedores

Fornecedores correntes – corresponde, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

Os saldos com empresas do grupo a 2022.12.31 ascendem a € 10 824 960 (ver nota 29).

15. Outras dívidas a pagar

	2022	2021
Médio e longo prazo:		
Subsídios - imposto diferido a pagar	6 679 948	7 078 524
Curto prazo:		
Outros	819 120	345 380
TOTAL	7 897 644	7 894 781

São registados em “Outras Dívidas a Pagar”, os impostos diferidos passivos, calculados sobre subsídios não reembolsáveis, de acordo com FAQ da CNC.

16. Capital Subscrito

O capital subscrito de BIAL - Portela & Cª, SA está representado por 10 000 000 ações ao portador de valor nominal de 5 euros, estando integralmente realizado.

Em 2012, o capital subscrito foi aumentado de € 43 500 000 para € 50 000 000 por escritura pública realizada em 8 de janeiro de 2012.

À data de 31.12.2022, a BIAL Holding, S.A. detém 100% do Capital.

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral de Acionistas é de que o Resultado Líquido do Exercício de € 1.709.873,58 seja afeto a:

- Reservas legais: 86 000,00
- Critério da equivalência patrimonial aplicado às subsidiárias: 35 600,72
- Resultados transitados: 1 588 272,86

17. Vendas e serviços prestados

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços distribui-se como segue:

	2022	2021
Mercado interno	89.222.056	76.364.224
- Vendas	74.897.187	65.958.720
- Prestação de serviços	14.324.869	10.405.504
Mercado externo	143.395.920	161.290.904
- Vendas	139.024.720	155.285.304
- Prestação de serviços	4.371.200	6.005.600
TOTAL	232.617.976	237.655.128

As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas. Já no mercado externo, a Prestação de Serviços diz essencialmente respeito à cobrança de royalties à Novipharma (Nota 29).

Em 2022, as vendas mercado externo incluem € 3 M de princípios ativos (2021: € 8 M).

18. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos.

19. Demonstração da variação da produção

MOVIMENTOS	PROD. ACABADOS E INTERMÉDIOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	TOTAL	2021
Existências finais	5 749 858	3 416 063	9 165 920	10 575 995
Regularização de existências	-394 418	-220 042	-614 460	-452 654
Existências iniciais	-7 982 266	-2 593 729	-10 575 995	-10 486 194
Aumento/(Redução) no ano	-2 626 826	602 292	-2 024 534	-362 852

20. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2021
Existências iniciais	68 893 486	6 442 536	75 336 022	60 351 460
Compras	41 743 352	35 560 829	77 304 181	79 904 415
Regularização existências	-1 462 070	-524 496	-1 986 566	-1 702 526
Existências finais	-77 789 614	-8 054 248	-85 843 862	-75 336 023
Custos no exercício	31 385 153	33 424 621	64 809 775	63 217 326

O valor de trabalhos especializados decorre essencialmente das atividades de I&D. A redução desta rubrica resulta da descontinuação de alguns projetos.

O valor relativo a partes relacionadas ascendeu a € 27 162 507 (ver nota 29).

21. Fornecimentos e serviços externos

	2022	2021
Trabalhos especializados (ver nota 29)	58 498 477	62 647 904
Publicidade e propaganda	12 222 435	13 893 224
Honorários	13 898 053	9 650 803
Rendas e alugueres (ver nota 30)	2 345 371	2 213 287
Subcontratos	1 852 934	2 346 285
Deslocações e estadas	1 214 495	462 273
Materiais	802 078	953 518
Comissões	850 789	755 528
Conservação e reparação	881 250	1 140 697
Combustíveis	1 565 930	771 970
Transportes de mercadorias	1 145 046	925 127
Eletricidade	952 646	395 424
Seguros	208 663	255 017
Royalties	162 341	172 294
Comunicação	113 510	100 732
Outros	2 679 353	1 637 025
TOTAL	99 393 372	98 321 108

O valor de trabalhos especializados decorre essencialmente das atividades de I&D. A redução desta rubrica resulta da descontinuação de alguns projetos.

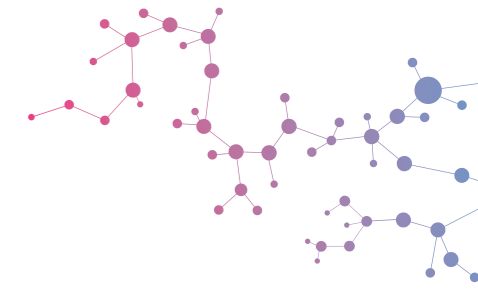
O valor relativo a partes relacionadas ascendeu a € 27 162 507 (ver nota 29).

22. Gastos com o pessoal

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	2 397 008	6 201 838
Remunerações do pessoal	25 677 122	24 784 527
Encargos sociais	6 238 035	6 731 991
Indeminizações	2 967 549	223 867
Outros gastos com pessoal	1 299 436	1 351 555
TOTAL	38 579 150	39 293 778

O número médio de empregados em 2022 foi de 437 (2021: 445). Em 31.12.2022 o número de empregados era de 419 (2021: 446).



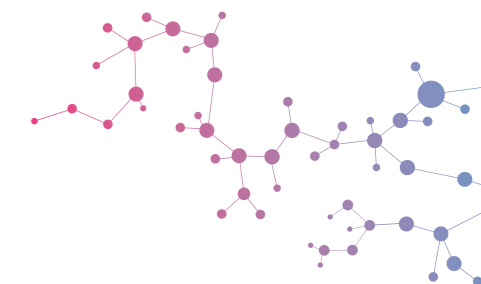
Em 31.12.2022 o valor das dívidas a receber do pessoal é de € 1 028 (2021: € 340).

23. Outros rendimentos

	2022	2021
Rendimentos suplementares (ver nota 29)	9 887 727	8 855 563
Imputação de subsídios para investimentos	3 457 101	3 556 712
Alienações	1 158 875	0
Diferenças de câmbio favoráveis	1 086 790	1 224 141
Outros	58 792	664 219
Descontos p.p. obtidos	6 229	9 301
Rendimentos e ganhos investimentos não financ.	0	88 102
Outros	58 792	664 219
TOTAL	15 655 389	14 398 038

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

Em 2022 foi vendida a licença relativa ao produto Epsicaprom.



24. Outros gastos

	2022	2021
Impostos	3 418 677	3 381 443
Gastos com desenvolvimento de mat. prima	2 309 045	514 988
Término do contrato de fornecimento de API*	2 283 458	0
Donativos	2 041 375	2 653 831
Diferenças cambiais	1 794 441	790 534
Despesas de propriedade industrial	1 292 007	1 443 789
Perdas em inventários	465 407	901 509
Descontos de p.p. concedidos	344 807	304 097
Quotizações	216 029	203 117
Custo descontinuação BIA 5	170 535	8 225 071
Outros	89 390	10 452
Insuficiência de estimativa para imposto	78 860	86 090
Ofertas e amostras de inventários	72 224	142 870
Gastos suportados com dupla tributação	66 028	99 909
Correções relativas a exercícios anteriores	8 497	72 693
Multas e penalidades	3 538	7 139
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0	1 385
TOTAL	14 654 320	18 838 917

*API - active pharmaceutical ingredient

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

No decurso do ano de 2021, a BIAL decidiu descontinuar o projeto de investigação BIA5, por razões de natureza científica e de mercado, agravadas pelo contexto de pandemia, tendo sido efetuada provisão sobre compromissos assumidos. As responsabilidades entretanto assumidas foram essencialmente cobertas pela provisão efetuada (ver nota 25).

Com a procura de novas fontes de abastecimento de API e melhores condições negociais foi decidido o término de um contrato de fornecimento de Opicapone.

25. Imparidades, reduções de justo valor, reversões e provisões

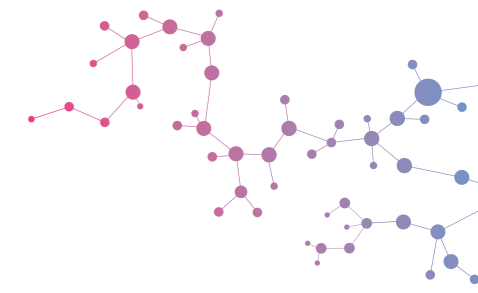
	2022	2021
Imparidade para inventários (nota 8)	-7 604	-514 253
Imparidade para clientes (nota 8)	-89 468	-453 221
Perdas por imparidade	-97 072	-967 474
(Imparidade) / Reversão para BIA 2 (nota 7)	2 275 268	2 275 268
(Imparidade) / Reversão para BIA 5 (nota 7)	502 688	-1 031 328
(Imparidade) / Reversão para BIA12, BIA19 e BIA25 (nota 7)	-1 431 499	-
(Imparidade) / Reversão da imparidade para patentes (nota 7)	16 099	17 127
Ativos depreciáveis/amortizáveis	1 362 556	1 261 067
Reversão da imparidade para inventários (nota 8)	50 728	20 744
Reversão da imparidade para clientes (nota 8)	36 519	338 361
Reversão da imparidade para outros devedores (nota 8)	0	4 561 766
Reversão da provisão para devolução de clientes	73 784	0
Reversões	161 031	4 920 871
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	0	-1 363 183
Provisões	0	-1 363 183

O total da provisão para devolução de clientes, registada no balanço, à data de 31/12/2022, ascende a € 228 070 (2021: € 301 854).

26. Juros e rendimentos/gastos similares

	2022	2021
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	4.133.263	4.428.467
Juros empresas do Grupo (Nota 29)	217.410	307.748
Outros custos e perdas financeiros	312.324	112.878
	4.662.998	4.849.093
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	564.136	0
Outros rendimentos similares	0	0
	564.136	0
	-4.098.862	-4.849.093

Os financiamentos realizados nos últimos anos foram contratados a taxas significativamente mais reduzidas das verificadas até então, traduzindo-se em menores custos financeiros.



27. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento (SIFIDE II)

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	7 728 837
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8 557 599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7 957 819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7 361 819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9 484 841
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	6 853 788
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	5 441 454
- Crédito fiscal de 2021 de investigação e desenvolvimento	6 563 931
- Crédito fiscal de 2022 de investigação e desenvolvimento	6 712 253
Saldo a Transitar	66 662 341

Nota: Os créditos fiscais de 2022 e 2021 estão pendentes de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

28. Investimentos em investigação e desenvolvimento

	2022	2021
Projetos de I&D (ativo intangível)	326 098	2 604 055
Ativo tangível	721 750	1 406 272
Gastos com pessoal	13 457 001	13 084 097
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	27 411 720	38 896 736
Outros Gastos	170 535	8 255 071
Investimento total	42 087 103	64 246 231

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes investimentos, gastos e ganhos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2022	2021
Amortizações	21 606 343	22 330 302
Imparidade / (Reversão) – BIA2	-2 275 268	-2 292 394
Imparidade / (Reversão) – BIA5	-	- 4 561 766
Imparidade / (Reversão) – BIA5	-502 68 8	1 031 328
Imparidade / (Reversão) – BIA12, BIA19 e BIA 25	1 431 499	-
Provisão / (Reversão) compromissos assumidos - BIA 5	-	1 363 183
Outros rendimentos (Empresas do grupo – BIA28)	1 658 085	-
Prestação de serviços (milestones)	0	-571 429
Total	21 919 993	17 301 245

29. Saldos e transações com empresas do grupo

EMPRESA	SALDOS DE BALANÇO									
	Clientes		Fornecedores		Outros créditos a receber e outros ativos		Outros passivos		Empréstimos obtidos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
MediBIAL	-	76 510	51 074	284 183	-	-	165 000	-	-	-
BIALport	-	188 333	404 234	338 156	-	-	125 000	-	-	-
InterBIAL	-	158 973	123 096	340 190	-	-	280 000	-	-	-
BIAL Consumer Health	15 904	6 743	-	-	-	34 376	-	-	-	-
BIAL Holding	-	868 178	6 285 516	2 716 403	-	-	-	755 943	28 244 879	24 125 775
BIAL RD	2 039 906	12 091	-	-	-	-	-	-	-	-
BIAL Espanha (nota 10)	3 633 902	6 643 836	18 959	99 398	-	-	-	-	-	-
Novipharma	3 492 020	3 050 296	1 096 009	736 673	-	-	239 577	-	-	-
BIAL Itália	17 534 742	16 189 953	-	-	300 000	500 000	-	-	-	-
BIAL UK	126 882	236 708	1 204 049	792 230	-	-	7 892	-	-	-
BIAL DE	222 072	326 279	1 382 800	1 344 992	-	-	37 529	-	-	-
BIAL SA	2 351 564	2 520 375	-	-	-	-	-	-	-	-
BIAL Biotech	-	-	225 224	-	-	1 293 884	-	-	-	-
BIAL Angola	-	-	-	-	670 268	275 289	-	-	-	-
BIAL América Latina	-	-	-	186 501	158 473	-	109 599	-	-	-
Medimport	3 275 473	3 517 152	34 000	21 500	-	-	-	-	-	-
Total saldos do grupo	32 692 465	33 795 427	10 824 960	6 860 226	1 128 742	2 103 549	964 598	755 943	28 244 879	24 125 775
Total da Rubrica	54 996 809	61 483 998	48 011 963	38 524 233	11 893 381	19 990 393	22 523 743	15 107 086	109 037 724	125 289 687

Parte do saldo de clientes é de médio longo prazo (nota 10).

O empréstimo da BIAL Holding, S.A. é remunerado às condições de mercado à data.





RUBRICAS	TRANSAÇÕES - RENDIMENTOS					
	Vendas		Serviços prestados		Outros rendimentos e ganhos	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
EMPRESA						
BIAL Holding	-	-	-	-	9 110	7 259
MediBIAL	-	-	-	-	148 622	132 210
BIALport	-	-	-	-	592 657	488 505
InterBIAL	-	-	-	-	255 803	268 160
BIAL Consumer Health	-	-	-	-	65 012	70 476
BIAL RD	-	-	-	-	1 667 253	139 645
BIAL Itália	6 785 077	4 812 072	-	-	1 198 596	1 468 220
BIAL Espanha	30 808 788	32 523 957	-	-	3 575 538	2 832 121
Novipharma	5 883 258	9 342 451	4 346 865	5 209 914	126 463	88 724
BIAL SA (Suíça)	883 093	704 671	-	-	288 297	486 504
BIAL UK	-	-	-	-	547 321	959 814
BIAL DE	-	-	-	-	974 706	1 350 681
BIAL Angola	-	-	-	-	-	-
BIAL América Lat.	-	-	-	-	-	-
Medimport	3 612 912	3 545 810	-	-	-	-
Total Emp. Grupo	47 973 128	50 928 961	4 346 865	5 209 914	9 449 377	8 292 319
Total da Rubrica	215 321 907	221 244 024	17 594 229	16 411 104	15 655 389	14 398 038

RUBRICAS	Fornecimentos e serviços externos		Compras		Juros empresas Grupo		Outros gastos e perdas	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
EMPRESA								
MediBIAL	1 494 100	1 400 696	-	-	-	-	-	-
BIALport	4 917 969	4 335 569	-	-	-	-	-	-
InterBIAL	2 532 876	2 486 379	-	-	-	-	-	-
BIAL Consumer Health	532 194	621 798	-	-	-	-	-	-
BIAL Holding	596 029	643 000	-	-	217 410	307 748	-	-
BIAL Espanha	-	13 118	-	-	-	-	-	87 415
BIAL Itália	-	-	-	-	-	-	-	-
Novipharma	-	60 000	2 392 605	8 209 806	-	-	-	-
BIAL SA (Suíça)	-	-	-	-	-	-	-	-
BIAL DE	9 399 571	9 176 992	-	-	-	-	-	-
BIAL UK	4 847 561	5 161 826	-	-	-	-	-	-
Medimport	12 500	21 500	-	-	-	-	-	-
BIAL Angola	1 707 833	1 072 497	-	-	-	-	-	-
BIAL América Lat.	224 844	949 977	-	-	-	-	-	-
Total Emp. Grupo	27 162 507	25 943 352	2 392 605	8 209 806	217 410	307 748	87 415	87 415
Total da Rubrica	99 393 372	98 321 107	77 304 181	79 904 415	217 410	307 748	15 695 234	18 838 917

30. Locações

a) Locações financeiras

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 14.

b) Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

O valor registado em custos do ano relativo a locações operacionais foi de € 1 966 840 (2021: €1 896 419).

31. Risco Financeiro

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuarem em função de alterações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba três tipos de risco: risco de taxa de juro, risco cambial e outros riscos de preços.

- Risco de taxa de Juro

A empresa acompanha a evolução das taxas de juro de mercado, efetuando coberturas através de contratação de taxa de juro fixa, sempre que oportuno, com o objetivo de minimizar os riscos de exposição a variação de taxas de juro.

- Risco de câmbio

A empresa está exposta ao risco de câmbio, na medida em que parte das suas receitas e despesas são realizadas em moeda estrangeira.

Para além da utilização da cobertura natural em recebimentos/pagamentos, celebraram-se também contratos *forward* para os valores excedentários, diminuindo assim a exposição da empresa ao mercado.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, mas sem expressão relevante, tal como a seguir indicado:

Fornecedores de investimento:

Moeda	Montante
CHF	30 810
USD	93 057

Fornecedores:

Moeda	Montante
CHF	5 222 973
GBP	1 481 988
SEK	28 725
USD	4 048 305

Outros créditos a receber:

Moeda	Montante
GBP	5 000
USD	160 563

Clientes:

Moeda	Montante
GBP	125 801
USD	3 313 275

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação recolhida internamente (área comercial) e externamente, na qual se define a aprovação do crédito a conceder.

A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos.

A empresa tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e tem também políticas que limitam o montante de crédito a que têm acesso os clientes.

É feita uma avaliação de risco dos clientes, nomeadamente recorrendo a ratings de crédito e sempre que exista um risco moderado ou alto é efetuada a contratação de seguro de crédito.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos

normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos. Num eventual contexto de crise financeira, com maior restrição de acesso ao crédito, e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, BIAL pode ficar exposto a este risco.

Outros riscos operacionais

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e participações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto).

Por outro lado, destaca-se a metodologia de determinação de preços de venda ao público, com base na definição de países de referência.

Os custos do SNS com o reembolso de medicamentos também registaram um decréscimo nos últimos anos, no âmbito do acordo entre a associação do sector, Apifarma, e o Ministério da Saúde.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

32. Qualidade e Ambiente

BIAL - Portela & C^a, S.A. encontra-se certificada pela norma ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental), tendo definido como objetivos prioritários no Plano Estratégico a três anos, os seguintes:

- Efetuar as alterações adequadas na estrutura corporativa para garantir a otimização do suporte aos desafios de crescimento da organização;
- Consolidar a política de Qualidade, Saúde e Segurança, bem como de Proteção Ambiental em todas as áreas do grupo;



- Fortalecer a gestão por objetivos de forma a envolver todos os colaboradores, com objetivo da maior produtividade e qualidade de produtos e serviços, bem como na satisfação do cliente;
- Produzir com alto padrão de Qualidade, respeitando o Meio Ambiente, a Saúde e a Segurança de todos os funcionários em conformidade com os requisitos aplicáveis, incluindo as GxP.

No plano ambiental, BIAL destaca as ações desenvolvidas em matéria de economia circular, por meio da redução de resíduos. Em 2022 reduzimos 59% do volume de resíduos perigosos face a 2021, resultado da implementação de ações de melhoria contínua dos nossos processos. Consciente da responsabilidade ambiental, BIAL dispõe de vínculo contratual com a Valormed, entidade responsável pela recolha de embalagens vazias e medicamentos fora de uso nas Farmácias. De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de € 29.488 (2021: € 29.928). Os custos com tratamento e encaminhamento de resíduos corresponderam a € 26.001 (2021: € 43.564).

Reforçando o compromisso com a sustentabilidade, em 2022, BIAL expandiu a sua Unidade de Produção e Autoconsumo (UPAC). Esta ação permitiu a produção de 678 kWh, o que evitou, a emissão de cerca 320 ton CO2. Consciente da transição energética em 2022, a energia consumida por BIAL teve origem em fontes renováveis e obteve Certificados de Origem, o que se reflete numa redução de 48 % das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) face a 2020.

A Qualidade é, em BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. Em termos internacionais, BIAL deverá marcar presença entre as principais empresas e, para atingir esse objetivo, deverá continuar a investir na formação e sensibilização dos seus colaboradores para a Qualidade, Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente.

33. Garantias prestadas

Garantias bancárias prestadas por BIAL - Portela & Cª, SA à data de 2022.12.31:

Beneficiário	Tipo de garantia	Valor
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6 000 000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	5 833 333
IAPMEI - AGÊNCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30028	130 402
IAPMEI - AGÊNCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30026	75 001
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	44 186
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Caução de obras públicas	14 964
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10 273
EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	Fornecimento de Medicamentos	9 355
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9 199
Fiscal Ior	Fornecimento de serviços	6 309
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	6 848
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	5 056
IGIF	Fornecimentos	3 315
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1 446
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	771
Emprofac - Empresa Nacional Produto	Fornecimento de Medicamentos	11 347
SAMES IP SERV AUTON MEDIC EQUIP SAU	Fornecimento de Medicamentos	4 388

34. Acontecimentos após a data do balanço

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

35. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2023.03.28

O DIRETOR FINANCEIRO E CC

SANDRA COSTA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

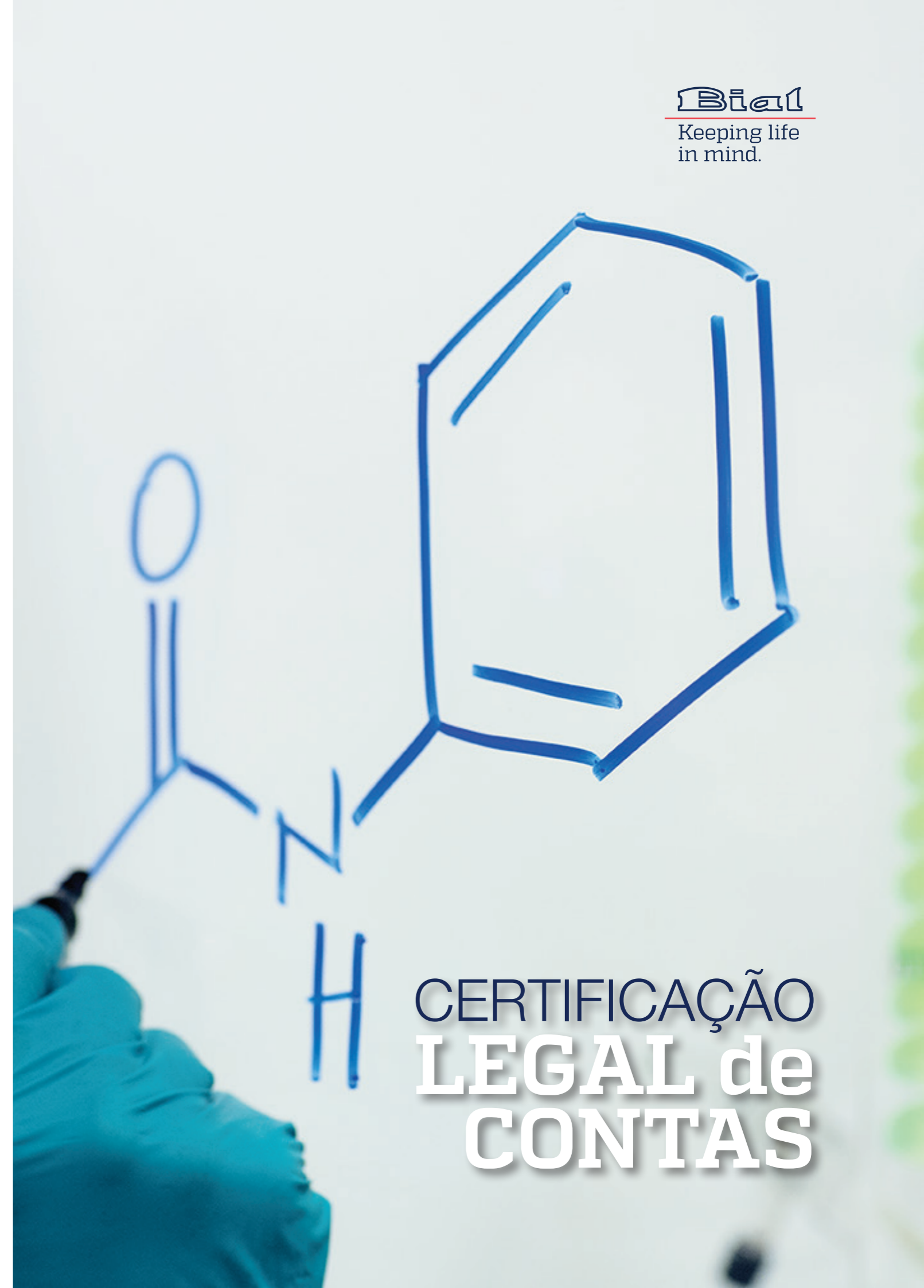
RICHARD PILNIK | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Bial - Portela & Cª, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 467.229.998 euros e um total de capital próprio de 194.189.369 euros, incluindo um resultado líquido de 1.709.874 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Bial - Portela & Cª, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Portela & Cª, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2022

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

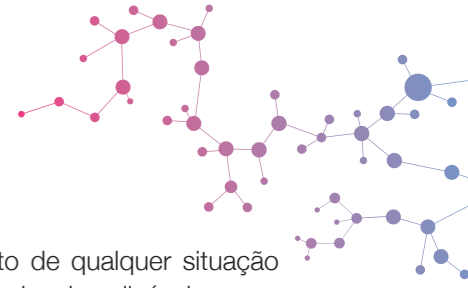
Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves - ROC n.º 896
Registado na CMVM com o n.º 20161217



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias o Conselho Fiscal de BIAL – Portela & Cª, S.A., vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2022, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, relativas àquele exercício e apresentadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com a regularidade necessária e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias. Em todas essas ocasiões, o Conselho Fiscal teve oportunidade de constatar o profissionalismo, dedicação e forte empenho do Conselho de Administração e dos colaboradores de BIAL – Portela & Cª, S.A.

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade da sociedade de Revisores Oficiais de Contas (*Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.*), tendo, deste modo, recolhido elementos úteis ao desenvolvimento das funções de fiscalização. É de salientar o profissionalismo e cuidado posto no exercício da sua função por parte dos representantes da referida sociedade.

O Conselho Fiscal examinou a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de BIAL – Portela & Cª, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022, que evidencia um total de 467.230 milhares de euros e um capital próprio de 194.189 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.710 milhares de euros, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, bem como o correspondente Anexo.

O Conselho Fiscal analisou a Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, emitida pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeite os preceitos legais aplicáveis.

Em face do que precede, o Conselho Fiscal é de Parecer:

- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentados, referentes ao exercício de 2022;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido;
- Que seja aprovado um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como geriu os negócios de BIAL – Portela & Cª, S.A.

Trofa, 3 de abril de 2023

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Júlio Manuel Santos Martins

Luís Miguel Rodrigues Miranda da Rocha